UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Metodologia em Aristóteles
O Tratado Eudêmio sobre a Amizade

Luiz Felipe Bruder González

Dissertação apresentada à Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São
Paulo para obtenção de título de
Mestre em Filosofia. Orientador:
Prof. Dr. Marco Antônio de Ávila
Zingano

VERSÃO ORIGINAL

São Paulo, Julho de 2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

G643m González, Luiz Felipe Bruder
Metodologia em Aristóteles: o tratado eudêmio
sobre a amizade / Luiz Felipe Bruder González
González ; orientador Marco Antonio de Ávila Zingano
Zingano. - São Paulo, 2019.
56 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Filosofia. Área de
concentração: Filosofia.

1. Aristóteles. 2. Epistemologia. 3. Amizade. 4.
Método. I. Zingano, Marco Antonio de Ávila Zingano,
orient. II. Título.

BRUDER, L. Metodologia em Aristóteles: o Tratado Eudêmio sobre a Amizade.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

A minha família.

Resumo—objetivo e resultados apresentados neste texto

O tópico desta dissertação é o método de investigação aristotélico na *Ética Eudêmia*. Meu objetivo primário foi examinar se certas diretrizes metodológicas enunciadas no capítulo 2 de *EE* VII eram de aplicação geral nesse tratado. Meu objetivo secundário era o de, em um segundo momento, contribuir para dirimir a controvérsia em torno do problema de saber se há um método de investigação em operação em tratados específicos da *EE* ou mesmo no tratado como um todo.

Minha estratégia consistiu em examinar a maneira exata como as diretrizes de *EE* VII 2 §1 se consubstanciavam na investigação subsequente; pude constatar que Aristóteles, de fato, obedece a determinadas prescrições nesse primeiro momento de sua investigação. Partindo disso, examinei duas outras argumentações com o intuito de avaliar o grau de adesão de Aristóteles às mencionadas prescrições. Constatei que, em uma delas, Aristóteles parece replicar a estratégia que adotara; na outra, no entanto, ele parece desprezar elementos fundamentais do que fora sua estratégia nos dois casos anteriores.

Abstract

At the beginning of Chapter 2 of *EE* VII (1235b13–18), Aristotle says that the adequate account of friendship satisfies certain criteria. My primary aim in this dissertation is to determine if these may be considered methodological criteria of general application in *EE* VII. In order to accomplish this aim, I present a detailed examination of the content of 1235b13–18 and of the manner by which Aristotle satisfies the criteria of the adequate account of friendship. Because of the fact that the premises of his account seem to be made acceptable by the fact that they (i) incorporate most of what is said/know about friendship (ii) in a non-contradictory way, Aristotle may be said to present a coherentist's argument for his account of friendship. Having done this, I seek to verify the general character of this strategy, whereby I examine two other arguments in book VII. I conclude that Aristotle's argumentative strategy at the beginning of Chapter 2 is of limited application in book VII itself.

Agradecimentos

O caminho que leva à produção de um texto é dos mais acidentados. Gostaria de agradecer àqueles cuja paciência e compreensão tornaram possível a conclusão deste trabalho: Marco Zingano, Raphael Zillig e Paulo Ferreira me indicaram a direção a ser seguida em algumas encruzilhadas. Os membros do Grupo de Trabalho em Filosofia Antiga da USP e o grupo de estudos da língua grega sediado na Areté forneceram a quase totalidade do que, mais tarde, viria a me orientar a título de princípios de análise linguística e de argumentos. Foi também o convívio com eles que me sustentou, estimulando-me, ao longo da maior parte desse trajeto.

Agradeço também particularmente a Daniel Lopes, que aceitou ler e criticar este trabalho. Sua gentileza, decorrente da paixão pelo ensino, deixa-me seguro de que ganharei com sua fala; e a todos que, como ele, me suscitaram a boa emulação de Hesíodo: Roberto Bolzani, Vicente Sampaio, Evan Keeling, e outros.

Agradeço, por fim, à FAPESP pela bolsa concedida para a realização da pesquisa de que é fruto este texto.

Sumário

Resumo—objetivo e resultados apresentados neste texto.....	5
Parte I—O momento inicial do tratamento do problema da amizade na <i>EE</i>	8
1. Introdução	8
2. Apresentação de <i>EE</i> VII 2 §§1–23	10
3. Análise dos §§9–23	12
4. §§9–13	18
Excurso.....	24
§§14–23.....	26
5. Discussão; os §§2–8	29
6. Considerações finais	33
Parte II—Exame de outras teses acerca da amizade.	35
1. As teses “demasiado gerais” dos naturalistas acerca da amizade.....	35
2. Sobre a posse de uma verdadeira amizade	46
Bibliografia—obras consultadas e citadas	50
Edições de textos de Aristóteles.....	56

Parte I—O momento inicial do tratamento do problema da amizade na *EE*.

1. Introdução

O capítulo 2 de *EE* VII tem início com uma reflexão metodológica¹ em que são apresentadas diversas características da doutrina da amizade que será elaborada (*EE* VII 2 §1 1235b13–18). Como em *EN* VII 1 1145b2–7, Aristóteles enfatiza a necessidade de se resolverem os impasses em torno do tema da amizade e de se preservar a maior parte das coisas que se pensa acerca dela. Para tornar explícito o método de argumentação empregado, como pretendo mostrar, por Aristóteles no início tratado eudêmio sobre a amizade, adoto o expediente de analisar *EE* VII 2 §1 1235b13–18 e, em seguida, de examinar a maneira como as indicações apresentadas no trecho são realizadas no texto subsequente. Defendo que, ao longo de *EE* VII 2 1236a15–36b23, Aristóteles mostra que a doutrina das três amizades e de sua estrutura πρὸς ἔννυ cumpre as prescrições de *EE* VII 2 §1 1235b13–18.

Começo com um trecho da *EN*; em VII 1 1145b2–7, Aristóteles afirma que:²

*Deve-se, porém, aqui como nos demais casos, à medida que vamos dispendo os fenômenos e, tendo passado primeiro pelas dificuldades, ir assim provando (δεικνύναι) de preferência todas as opiniões reputadas acerca dessas afecções, mas, se não, sua maior parte e mais digna de respeito. Afinal, se as dificuldades estiverem dissolvidas e forem deixadas as opiniões reputadas, terá sido suficientemente provado. EN VII (Livro Comum III) I 1145b2–7.*³

O trecho, a reflexão metodológica que Aristóteles faz anteceder a seu estudo sobre a acrasia, fornece três elementos relativos à forma que a investigação subsequente irá assumir; eles são indicados pelos verbos τιθέναι, διαπορῆσαι, δεικνύναι (BARNES, 1980, p. 490).⁴ Os dois últimos termos representam os dois momentos fundamentais da investigação que será conduzida: o momento aporético, digamos assim, quando dificuldades são apresentadas; e o

¹ Aqui e no texto subsequente, salvo indicação contrária, qualifico uma ideia “metodológica” sempre que ela diz respeito a condições de aceitabilidade de determinada doutrina ou proposição. Tais condições são em boa parte determinadas pelo que poderíamos chamar o “liminar de aceitabilidade” em jogo em determinado contexto de discussão: se a aceitabilidade de uma ideia é determinada por nada menos de que a simples e absoluta certeza, suas condições de aceitabilidade serão deveras estritas; inversamente, para um contexto em que o que está em jogo é tornar claro que existe um conjunto coerente de proposições que congrega as principais ideias acerca de determinado assunto, serão suficientes as indicações que Aristóteles apresenta—mostrar que há uma razão de ser em tudo o que se afirma sobre o tópico e explicar como se pôde incorrer em certos erros raciocínio. Restará saber se há algum sentido mais estrito de “método” e “metodológico” compatível com o que desejo mostrar estar em jogo para Aristóteles. Cf. nota 66 abaixo.

² As citações da *EN* seguem a divisão de capítulos de Bekker. As edições utilizadas para os textos de Aristóteles estão arroladas na bibliografia.

³ Δεῖ δὲ, ὥσπερ ἐπὶ τῶν ἄλλων, τιθέντας τὰ φαινόμενα καὶ πρῶτον διαπορήσαντας οὕτω δεικνύναι μάλιστα μὲν πάντα τὰ ἐνδοξα περὶ ταῦτα τὰ πάθη, εἰ δὲ μή, τὰ πλεῖστα καὶ κυριώτατα· ἐὰν γὰρ λύηται τε τὰ δυσχερῆ καὶ καταλείπηται τὰ ἐνδοξα, δεδειγμένον ἂν εἴη ἱκανῶς.

⁴ Reimpresso em BARNES 2011, pp. 174–94.

momento propositivo, em que soluções são fornecidas para os problemas formulados.⁵ Quanto a este momento propositivo, nenhuma informação é apresentada senão que é condição suficiente para levá-lo a efeito “dissolver as dificuldades” (1145b6) e “serem deixadas as opiniões reputadas” (1145b6–7). O processo pelo qual se poderá chegar a uma teoria adequada da acrasia é deixado em uma indeterminação quase completa.

Veja-se, agora, o §1 do capítulo 2 de *EE VII*:

Deve, naturalmente, ser admitida uma <explanação> remanescente (λοιπός) que, a um tempo, tanto (1a) nos restituirá as coisas que se pensa sobre esses pontos no maior grau quanto (1b) dissolverá as aporias e (1c) as contrariedades. (3) E isso ocorrerá (τοῦτο δ' ἔσται) se (3') estiver claro que os contrários são reputados por boas razões. Com efeito, uma explanação desse tipo será a que melhor se coadunará aos fenômenos. E ocorre manterem-se as contrariedades sempre que há uma maneira pela qual o que se diz é verdadeiro, mas há uma maneira pela qual não. EE VII 1235b13–18.⁶

A reflexão é apresentada *após* a formulação de dificuldades, e mais atenção é dada à descrição do λόγος que “deve ser admitido” (ληπτέος). A condição (3’), “estar claro que os contrários são reputados por boas razões” mantém, como o indica o radical presente em φαίνεται, uma relação de concomitância com a realização de “isso” em (3). Há razões, como desejo mostrar, para interpretar essa relação como uma relação entre meio e fim, bem como para fazer o pronome referir apenas 1b e 1c; neste caso, Aristóteles estaria fornecendo uma descrição da maneira pela qual podemos chegar a “dissolver aporias e contrariedades” acerca da amizade.

A descrição fornecida por (3’), no entanto, é vaga demais; para determiná-la, é conveniente examinar a maneira como as prescrições desse §1 se realizam na investigação subsequente acerca da amizade. Desejo mostrar que o emprego que Aristóteles faz da doutrina de que as amizades são ditas por referência a uma (πρὸς μίαν τινα λέγονται καὶ πρώτην—*EE VII* §9 1236a17–18) pode ser vista como uma realização de (3’) e, por meio dela, de 1b–c. Farei isso a partir de uma interpretação de *EE VII* 2 §§1–23 à luz do §1 deste trecho.

Começo com uma apresentação dos §§1–23; em seguida, situo a aporia, apresentada no capítulo 1, com que Aristóteles irá lidar ao longo de 2 §§2–23 e apresento uma breve análise de 2 §1. Descrevo como, nos §§9–13, essa aporia é resolvida. Depois, mostro que, nos §§14–23, Aristóteles restitui, sob a roupagem de sua própria doutrina, diversas δοκοῦντα acerca da

⁵ Deixo de lado a ideia de τιθέναι τὰ φαινόμενα, pois o *infectum* pode estar indicando diversas relações temporais entre essa ação, por um lado, e as de “passar pelas dificuldades” e “provar”, por outro. Cf. pp. 26 abaixo.

⁶ Para o texto adotado, v. notas 22ss abaixo.

amizade, em conformidade com 1a do §1. Por fim, forneço uma interpretação dos §§2–7 segundo a qual as teses apresentadas neles, cujo nexos com a doutrina do *πρὸς ἕν* das amizades não é imediatamente claro, também podem ser vistos como realizando prescrições do §1.

2. Apresentação de *EE* VII 2 §§1–23

O capítulo 2 do livro sétimo da *EE* é o maior capítulo da obra, composto de 57 parágrafos. O §1 tem um papel de transição. Aristóteles apresenta aporias tanto antes, no capítulo 1, quanto imediatamente depois dele, mas a aporia apresentada depois será *actu continuo* objeto de análise e de solução, nos §§2–3. Tem início a parte propositiva do tratado.

A afirmação de que as amizades são ditas por referência a uma (*πρὸς μίαν λέγονται*) é apresentada no §9. Nos §§2–7, Aristóteles chega a dois resultados: o primeiro, no §3, consiste na ideia de que o objeto de afeição (*φιλούμενον*) é tanto o prazer quanto a coisa boa (*τὸ ἀγαθόν*); trata-se da sua resposta para a aporia apresentada no §2, que via nas candidaturas do prazer e da coisa boa a objeto de afeição uma oposição necessária e exclusiva. O outro resultado, alcançado nos §§4–7, consiste na dupla afirmação de que “(I) algumas coisas são boas pura e simplesmente (*ἀπλῶς*), ao passo que outras o são para alguém, mas não pura e simplesmente; e (II) as mesmas coisas são boas pura e simplesmente e prazerosas pura e simplesmente” (VII 2 §2 1235b31–33).

No começo do §9, Aristóteles afirma que há três amizades. A afirmação está fundamentada no §8, onde se diz que se pode ter afeição por algo seja porque ele é útil, seja porque ele é prazeroso, seja porque ele é de tal tipo que o chamamos bom (*τῷ τοιόνδ’ εἶναι λέγομεν ἀγαθόν*—2 §8 1236a7–8); Aristóteles apresenta essa tese como fundamentada (*ἐπεὶ*—1236a7) na multiplicidade de acepções de *τὰ ἀγαθὰ*, bem como na distinção que acaba de fazer entre bem (e prazer) puro e simples e aquele que o é para alguém. Não é claro em que esta última distinção apoia a ideia de que se pode ter afeição por algo (e por uma pessoa) por causa do útil, do prazer ou do bem, isto é, por conta das diversas coisas referidas pelo termo multívoco *ἀγαθόν*. Dito de outro modo, não se vê bem qual a função exercida pelos §§4–7 na argumentação pela tripartição da amizade.

Tendo estabelecido que há três bens e tendo afirmado a distinção entre bem/prazer puro e simples e bem/prazer para alguém, Aristóteles afirma, no §9, que há três amizades; acompanham a afirmação três declarações negativas: (i) elas não são ditas *καθ’ ἑν*, (ii) elas não são ditas amizades a título de formas de um gênero e (iii) elas não são ditas de maneira inteiramente homônima. O período seguinte em γάρ afirma que elas *πρὸς μίαν καὶ πρώτην*

λέγονται, como ocorre no caso do termo “medicinal”. Após desdobrar esse exemplo e ilustrar o que quer dizer com *πρῶτον*, Aristóteles utiliza a ideia de primário para mostrar onde os acadêmicos erraram na defesa da tese de que há apenas uma amizade (a dos bons).⁷ A razão por que pensavam que existe apenas uma amizade é que, partindo da ideia de que a amizade dos virtuosos é universal (o que é falso), eles recorrem a um argumento inválido no exame de relações candidatas a configurar amizades. O argumento, que chamarei argumento da “congruência” em razão da maneira como Aristóteles alude a ele em 2 §12,⁸ consiste em sondá-las em busca das características que sabemos serem o caso na amizade entre virtuosos.⁹ Aristóteles explica que não estamos autorizados a presumir que cada atributo da amizade dos virtuosos estará instanciado em todas as amizades, já que a amizade dos virtuosos, sendo embora primária, não é universal.

Explicado o erro dos acadêmicos, Aristóteles, no §14, passa a apresentar algumas características de cada uma das três amizades, e indica o tipo de indivíduos para os quais cada uma delas tem lugar. No §16, apresenta-se o primeiro argumento explícito pela tese de que a amizade dos “melhores” (§16 1236b1) se destaca, por assim dizer, das demais. Aristóteles parece afirmar que apenas nela o elemento da *ἀντιπροαίρεσις* tem lugar. Além disso, a *ἀντιπροαίρεσις* é tal que ocorre apenas entre seres humanos, ao passo que as amizades do prazer e da utilidade podem ser vistas também entre animais (§17). No §18, ele apresenta uma solução para uma dificuldade apresentada no capítulo 1, a saber, se a amizade tem lugar apenas entre os bons ou se pessoas moralmente inferiores (*φᾶλλοι*) podem também ser amigos: sua resposta é que nada impede que eles sejam amigos em razão do prazer ou do útil. Nos §§19–23, Aristóteles reapresenta suas considerações acerca do erro dos acadêmicos (confundir universal com primário), que se tornam mais claras ao incorporar pontos apresentados ao longo dos §§14–

⁷ O que nos assegura que se trata de acadêmicos? Os dados são: um argumento pela tese de que apenas os bons são amigos é apresentado (e em seguida abandonado) por Sócrates no *Lysis*, 214d3–7 (cf. 214e2ss). A tese de que os vis (*πονηροί*) não podem ser amigos é fundamentada pela ideia, que não é objeto de justificação, de que os amigos não cometem injustiça um para com o outro (214c2–3). Há também o fato de que, no texto que estamos examinando, as ideias de que há apenas uma amizade e que *φᾶλλοι* não podem ser amigos têm seus autores referidos sempre por artigos (*οἱ δέ*, 1236a18, 1236b12) ou pela desinência verbal (1236a24, 25, 27, 1236b18), o que indica que Aristóteles estava se referindo a um mesmo grupo de pessoas de fácil identificação. E há mais alguns pontos: o argumento utilizado por esses pensadores é muito parecido com aquele descrito por Aristóteles em I 8 (onde ele também faz questão de lembrar que o que explica certas propriedades do bem ele mesmo é antes seu caráter primário do que a participação: *μάλιστα τε γὰρ ἀναιρουμένου γὰρ τοῦ μετεχομένου ἀναιρεῖσθαι καὶ τὰ μετέχοντα τῆς ἰδέας, ἃ λέγεται τῷ μετέχειν ἐκείνης*, τὸ δὲ πρῶτον τοῦτον ἔχει (leitura de L; *ἔχειν* segundo P e C, adotado na OCT) τὸν τρόπον πρὸς τὸ ὕστερον...—1217b11–13). No nosso trecho, quando da crítica da posição desses filósofos, Aristóteles afirma que “*também* no caso da amizade não são eles capazes de preservar o que é manifesto” (1236a25–26). Irei me referir a eles como “acadêmicos”.

⁸ Aristóteles utiliza o verbo *ἐφαρμόττω* para descrever o raciocínio de seus adversários no trecho.

⁹ Embora Aristóteles fale do argumento no §12, ele foca aí algumas conclusões absurdas que ele leva a endossar. Apenas nos §§19–21 a racionalidade do argumento se torna clara.

18, em particular os relativos aos sujeitos típicos de cada amizade (§§14–16) e a como que eminência da amizade dos virtuosos (§16). Trata-se de uma retomada e de um aprofundamento dos §§9–13,¹⁰ arrematado pela afirmação de que as amizades são πρὸς ἔν, justificada aqui pela ideia de que essa é a solução que nos permite, a um tempo, não fazer violência aos φαινόμενα e apresentar uma explanação unificada das amizades (§§22–23).

Em suma: os §§9–23 apresentam e desdobram a doutrina de que as amizades são ditas amizades por referência à amizade dos virtuosos; a relação do trecho com os §§2–7 é obscura; e não se vê exatamente onde o anúncio do §1 é realizado. Passo a apresentar minha leitura a respeito deste último ponto, aproveitando para indicar minha posição quanto às relações entre os §§2–7 e os §§9–23.

3. Análise dos §§9–23

Após essa breve introdução, passo à análise do texto. Em primeiro lugar, apresento a contrariedade (ἐναντίωσις) com que Aristóteles irá trabalhar nos §§9–23 e indico particularidades das teses que a compõem. Mostro em que sentido ela deve ser vista como uma aporia, e indico o que será suficiente para resolvê-la. Por fim, reapresento o texto do §1 e minha proposta de tradução, apontando em seguida para algumas dificuldades interpretativas que tentarei solucionar nesta seção.

No primeiro capítulo de *EE* VII, após falar das opiniões demasiado gerais dos “naturalistas” (1 §8 1235a10), Aristóteles apresenta algumas teses em oposição:

A alguns, parece não ser possível que os moralmente inferiores sejam amigos, apenas os bons. Já a outros, <parece> absurdo se as mães não têm afeição por suas crianças [...]. A outros, apenas o útil parece ser objeto de afeição (φίλον).—1235a31–36.¹¹

A ideia de que mães sentem afeição por seus filhos faz as vezes da tese que se opõe, a título de contraexemplo, à de que apenas os bons são amigos.¹² E a posição que afirma que

¹⁰ Trata-se, como nota Dirlmeier (1984), p. 386, *ad* 1236b1, de um exemplo de *ring composition* (*Kreisbewegung*).

¹¹ Τοῖς μὲν γὰρ οὐκ ἐνδέχασθαι δοκεῖ τοὺς φαύλους εἶναι φίλους, ἀλλὰ μόνον τοὺς ἀγαθοὺς· τοῖς δ’ ἄποπον εἰ μὴ φιλοῦσιν αἱ μητέρες τὰ τέκνα (φαίνεται δὲ καὶ ἐν τοῖς θηρίοις ἐνοῦσα φιλία· προαποθνήσκειν γοῦν αἰροῦνται τῶν τέκνων)· τοῖς δὲ τὸ χρήσιμον δοκεῖ φίλον εἶναι μόνον.

¹² Que a tese de que apenas o que é útil pode ser objeto de afeição (φίλον) se opõe à de que apenas os bons podem ser amigos (φίλοι) pode ser compreendido sem dificuldades (mas cf. n. 47); mas e quanto à ideia de que as mães têm afeição por suas crianças? Ela não afirma que a φιλία é exclusiva de determinado tipo de pessoas, como as outras duas. A ideia é a de que mães oferecem um contraexemplo para a tese de que apenas os bons são amigos. Embora a ideia compareça em um contexto aporético, ela parece ser endossada *a fortiori* por Aristóteles. Veja-se 1237a2–5:

apenas o útil é objeto de afeição está em contraposição a ambas. Temos assim o seguinte conjunto de teses:

Tese 1: Indivíduos moralmente inferiores não podem ser amigos, apenas os bons

Tese 2: Há pessoas que não são virtuosas e que são amigas

Tese 3: Apenas o útil suscita afeição (φιλία)

Este conjunto se insinua como um mesmo bloco de ἐναντία δοκοῦντα, para utilizar a expressão de 2 §1 1235b15: τοῖς μὲν γὰρ δοκεῖ... τοῖς δὲ <δοκεῖ>... τοῖς δὲ <δοκεῖ> (1 §§12–14 1235a31–36). Podemos entendê-lo como uma das “contrariedades” que o §1 afirma que serão solucionadas.¹³ O caráter exclusivo e exaustivo de 1 e 3 significa que elas não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo e que apenas uma delas será verdadeira. A tese 2 é apresentada junto da afirmação de que “é evidente também que a afeição está presente nos animais” (φαίνεται ἐνοῦσα—1 § 13 1235a34), que não é acompanhada de argumentação e parece representar um fato manifesto contraposto à tese 1.

Para entender a natureza da solução que será apresentada por Aristóteles para esta contrariedade, é preciso compreender por que as teses 1–3 configuram uma aporia, e que condições devem ser satisfeitas para solucioná-la.¹⁴ Começo por algumas considerações acerca da tese 2. Ao passo que as teses 1 e 3 são apresentadas junto de argumentos, a tese 2 parece

E a ciência política tem esta visada, fazer de modo que <a virtude> venha a ter lugar em quem ela ainda não está presente. E já é meio caminho andado se se trata de um ser humano [...] e, igualmente, de um homem ao invés de uma mulher [...].

Por isso, traduzo φαῖλοι no trecho pela perífrase “indivíduos moralmente inferiores”, desejando abarcar não só indivíduos viciosos ou vis, mas todos os que, segundo Aristóteles, não são bons.

¹³ “Contrariedade” (ἐναντιότης) refere sempre a oposição ela mesma, e nunca um dos termos isoladamente (como ocorre, por exemplo, com διαφορά). No §1, ele parece ter o sentido de “contraposição” (ἐναντιότης; cf. Bonitz, Index, 248a14–24). Aristóteles terá de lidar com diversas dificuldades desse tipo. Um segundo conjunto de teses em oposição é apresentado logo em seguida neste capítulo primeiro (ἔτι δοκεῖ τοῖς μὲν... οἱ δὲ—2 §16–17 1235b6–12). Para um exame desse segundo impasse à luz dos problemas de método de que iremos tratar, v. cap. 1, parte II abaixo.

¹⁴ Está claro que Aristóteles está lidando com um caso de equivocação (cf. SE 166a2–5, 14–21 e caps. 19 e 20). Curiosamente, no entanto, o tratamento que confere ao problema não se resume à apresentação da solução para a equivocação—à apresentação dos referentes corretos dos termos “amigos” e “amizade” em cada uma das teses apresentadas; no lugar disso, Aristóteles, após fazer sentir a profundidade do problema em torno da amizade a partir da exibição de um sem-número de teses contraditórias, mostra que sua posição soluciona todas elas de um só golpe e de maneira extremamente econômica—ela chega mesmo, como veremos, a explicar a razão por que se é levado a defender com obstinação teses claramente falsas sobre o assunto. Esse componente retórico da argumentação de Aristóteles tem em vista a produção de persuasão, e vai além da solução meramente linguística do impasse representado pelas teses 1–3. Por isso, é necessário exibir, como fazemos a seguir, o componente psicológico da aporia, de modo a tornar possível visualizar o quê, na argumentação de Aristóteles, está voltado à solução da ὁμωνυμία enquanto problema sofístico, e o que se encontra determinado pela necessidade de produzir crença na verdade que ele tem intenção de exibir.

referir algo de manifesto ou óbvio a respeito da amizade.¹⁵ Na verdade, a tese de que seres moralmente inferiores podem apresentar *φιλία* representa, no trecho que estamos estudando, um “fenômeno”. Ao criticar a posição dos acadêmicos de que apenas o que se conforma com as características da amizade primária deve ser chamado de amizade, Aristóteles afirma que a posição nos obriga a afirmar *παράδοξα*, “opiniões absurdas” (2 §22 1236b22), o que é glosado como “fazer violência aos fenômenos”.¹⁶ E um dos referentes de *παράδοξα* no contexto é precisamente a opinião de que os *φᾶνλοι* não podem ser amigos (1236b12–13). Agora, “fenômenos”, como ensina Aristóteles em *EE* I 6, são como que veículos imediatos de *πίστις*; ele afirma lá que, em matéria de virtudes, deve-se proceder “com recurso aos testemunhos e exemplos que são manifestos” (*τοῖς φαινομένοις*—I 6 §1 1216b26–35), pois exemplos desse tipo representam um fulcro de concórdia entre as pessoas e apoiar-se neles é proceder de modo a maximizar a “persuasão” (*πίστις*) do que se diz (ideia pressuposta em I 6 §1 1216b28–30). A afirmação de *φαινόμενα* detém *per se* um elevado poder de persuasão, e teses que afirmam “fenômenos” não precisam vir acompanhadas de argumentos para fazer frente a ideias que lhe contradizem.

Na contrariedade que estamos examinando, uma tese representa um fenômeno e as demais estão baseadas em argumentos. Estes também são veículos de *πίστις*. Em *Top.* VI 6, Aristóteles endossa a ideia de que a aporia é um estado psíquico que decorre do que parece ser uma igualdade de forças de dois argumentos (*ισότης λογισμῶν*—*Top.* VI 6 145b15–20).¹⁷ Ela é, digamos, subjetiva, e tem lugar para aquele que está cogitando sobre esses argumentos (*λογιζομένοις ἡμῖν*, 145b18.). As alternativas “parecem” (*φαίνεσθαι*) ser o caso em um mesmo grau, e por isso não sabemos que posição endossar ou, em alguns casos, como agir. Embora Aristóteles insista que uma aporia não se identifica com a “igualdade de raciocínios” ela mesma, ele afirma que essa igualdade pode ser dita causa eficiente (*ποιητικόν*) da aporia (VI 6 145b16–20). E, muito antes, no livro primeiro dos *Tópicos*, quando da explicação da ideia de problema,

¹⁵ A tese 1 representa a posição do círculo de acadêmicos de que falamos na nota 7; o argumento que a apoia é o argumento da congruência, que descrevemos na p. 11 acima. Os argumentos pela tese 3 são apresentados logo de sua introdução, nos §§14–17 do capítulo 1, e não nos interessam nesta discussão.

¹⁶ Tomando o *καί* como *epexegetico*: [...] ἐκείνως μόνον λέγειν τὸν φίλον βιάζεσθαι τὰ φαινόμενα ἐστὶ καὶ παράδοξα λέγειν ἀναγκαῖον.

¹⁷ Em *Top.* VI 6 145a34–b2, quando da enumeração dos erros em que se incorre quando da apresentação de definições, Aristóteles fala que, quando o assunto são estados e afecções, o termo genérico da definição deve ser capaz de “receber” (*δεκτικὸν εἶναι*) o *definiendum*. Em seguida, ele aduz o exemplo da “ciência na alma”, e diz que “ocorre” (*ἐνίοτε*) errar “em assuntos desse tipo” (*ἐν τοῖς τοιοῦτοις*); dado que dois dos exemplos citados—o terceiro é o da aporia—são de coisas que evidentemente têm lugar na alma (trata-se do sono e da dor), parece-me seguro entender que *τοιοῦτοις* em 145a37 refere disposições e afecções que têm lugar na alma. Pode-se, assim, atribuir com relativa segurança a Aristóteles a ideia de que a aporia é algo que tem lugar na alma.

Aristóteles diz que a existência de uma dedução (συλλογισμός) para determinada tese significa a existência de um “argumento persuasivo” (λόγος πιθανός) para essa mesma tese (I 11 104b12–14), de sorte que existe um problema quando há argumentos persuasivos contrários sobre alguma coisa: “fica-se sem saber (ἀπορίαν γὰρ ἔχει) se as coisas são ou não são assim por haver argumentos persuasivos para ambos os lados”. Pode-se deduzir que a presença de argumentos confere poder de persuasão às teses 1 e 3.

Como Aristóteles irá lidar com essa situação? Sua estratégia é muito simples; ela consiste em exibir o erro em que a tese 1 está fundada (a tese 3 receberá um tratamento diferente, cf. nota 47 e pp. 23–24). Isso é suficiente para dissolver a aporia veiculada pela oposição entre as teses 1 e 2. Veja-se *EN VII 3 1146a24–27*:

Está preso o pensamento sempre que ele não quer estar do lado de uma conclusão à qual não concede assentimento ao mesmo tempo em que não pode avançar por não saber como desarmar (λῦσαι) o argumento <que a apoia>.¹⁸

No caso em pauta, aquilo a que o pensamento “não concede assentimento” ou que ele “não há por bem” (οὐκ ἀρέσκει)¹⁹ é a ideia de que apenas os bons podem ser amigos. Parece-me claro que a razão disso é o caráter óbvio ou manifesto da tese contraditória de que há amigos que não são bons. Se entendermos a ideia de “avançar” na citação acima como indicando a resolução da aporia,²⁰ a expressão τὸ συμπερανθέν indicará que, pelo menos em alguns casos, ela pode ser efetuada pela refutação de uma tese específica, ou, mais precisamente, do argumento (λόγος) por meio do qual certa conclusão é afirmada. Isso será o que Aristóteles irá fazer nos §§9–13.²¹

A ἐναντίωσις que é capaz de deixar as pessoas em aporia deve ser composta por teses equiparáveis em matéria de πίστις. Se certa tese corresponder a um “fenômeno”, ela é persuasiva por si mesma; mas, se se trata de teses defendidas por argumentos, estes deverão ser tais que não possamos ver como possam ser desarmados. A aporia que nos interessa examinar é composta por três teses exclusivas e exaustivas que parecem, em um grau equivalente, ser o caso; trata-se de uma contrariedade entre teses tais que, se uma delas for verdadeira, as outras

¹⁸ δέδεται γὰρ ἡ διάνοια, ὅταν μένειν μὲν μὴ βούληται διὰ τὸ μὴ ἀρέσκειν τὸ συμπερανθέν, προϊέναι δὲ μὴ δύνηται διὰ τὸ λῦσαι μὴ ἔχειν τὸν λόγον.

¹⁹ LSJ, s.v, A IV. Cf., para μένω, A I. 6.

²⁰ Cf. *Met.* 995a31–33: ἢ γὰρ ἀπορεῖ (sc. ἡ διάνοια), ταύτη παραπλήσιον πέπονθε τοῖς δεδεμένοις· ἀδύνατον γὰρ ἀμφοτέρως προελθεῖν εἰς τὸ πρόσθεν.

²¹ Com algumas qualificações. Embora Aristóteles derrube o argumento que subsidia a tese 1, ele não irá descartá-la sem mais; no lugar disso, ele a irá restituir a título de um dos δοκοῦντα referidos em 2 §1. Falo disso nas páginas 26ss.

duas precisarão ser descartadas, e é necessário depositar confiança em cada uma delas, seja porque se apresenta argumentos em sua defesa, seja porque se trata de algo manifesto.

A solução da aporia veiculada pela contrariedade do capítulo 1 será levada a efeito em conformidade com indicações fornecidas no §1 de *EE VII 2*:

ληπτέος δὴ λοιπὸς²² ὅστις ἡμῖν ἅμα τὰ τε δοκοῦντα περὶ τούτων μάλιστα ἀποδώσει, καὶ τὰς ἀπορίας λύσει καὶ τὰς ἐναντιώσεις. τοῦτο δ' ἔσται, ἐὰν εὐλόγως φαίνεται τὰ ἐναντία δοκοῦντα· μάλιστα γὰρ ὁμολογούμενος ὁ τοιοῦτος ἔσται λόγος τοῖς φαινομένοις. συμβαίνει δὲ μένειν τὰς ἐναντιώσεις, ἐὰν ἔστι ὡς²³ ἀληθὲς ἢ τὸ λεγόμενον, ἔστι δ' ὡς οὐ.

Deve, naturalmente, ser admitida uma <explicação> remanescente (λοιπός) que, a um tempo, tanto (1a) nos restituirá as coisas que se pensa sobre esses pontos no maior grau quanto (1b) dissolverá as aporias e (1c) as contrariedades. (3) E isso ocorrerá (τοῦτο δ' ἔσται) se (3') estiver claro que os contrários são reputados por boas razões. (4) Com efeito, uma explicação desse tipo será a que melhor se coadunará aos fenômenos. E ocorre (5) manterem-se as contrariedades (5') sempre que há uma maneira pela qual o que se diz é verdadeiro, mas há uma maneira pela qual não.

Há uma dificuldade de texto e diversos problemas de interpretação. Λοιπός, na ausência de um artigo, precisa ser construído com a relativa em ὅστις, tornando-se um atributo da entidade que se descreve mediante 1a–c; não se vê por que ele não consta dentro da relativa, e é tentador substituí-lo por λόγος ou por λοιπόν. Tentarei mantê-lo em consideração à ressonância de λείπεται em 2 §23 1236b23, onde Aristóteles encerra a apresentação da doutrina de que as amizades são ditas por referência à amizade dos virtuosos.²⁴ Um primeiro problema de interpretação consiste em decidir qual o referente de τοῦτο na linha 1235b15. No período anterior, Aristóteles descreveu, no registro o mais geral possível (ὅστις), aquela coisa que deve ser admitida; ela é “remanescente” e tal que:

²² PCL; W&M imprimem λόγος, cuja ocorrência mais antiga é a do Laur. 81. 4; Sylburg sugere τρόπος.

²³ PCL; W&M: ἐὰν ἔστι <μὲν> ὡς, suprido por Casaubon.

²⁴ Λοιπός, sem o artigo, faz da relativa uma relativa autônoma. Sendo assim, a tradução exata do período rezaria: “Aquilo que, remanescente, satisfizer isto ou aquilo...”. Não é possível suavizar o caráter brusco do atributo entre vírgulas com uma oração reduzida, pois ela veicularia uma ideia de condição ou de anterioridade temporal ausente no grego; este problema continuaria a existir mesmo que λοιπός aparecesse no interior da relativa, consistindo em uma dificuldade do vernáculo. O problema do texto grego, além da dificuldade de se explicar por que o adjetivo não está no interior da relativa, é que (i) não há uma referência direta, efetuada com o emprego de um termo, da entidade que está sendo denotada, ao mesmo tempo em que (ii) a ativação da posição imediatamente anterior à relativa é ocupada por um termo inapto a exercer a função de sintagma nominal, e tendemos a atribuir à posição a função de referir o antecedente da relativa. (i) é facilmente resolvido pela consideração de que 1a–c deixam suficientemente claro de que trata de um λόγος e, quanto a (ii), pode-se dizer que λοιπός está em uma posição de ênfase, o que explica também por que ele está fora da relativa. Resta dizer por que é conferida posição de ênfase a semelhante atributo. Proponho uma solução na página 25.

1a restituirá o que se pensa sobre essas coisas;²⁵

1b dissolverá as aporias;

1c dissolverá as contrariedades.

A qual desses *desiderata* τοῦτο se refere? Este é um primeiro problema. Um segundo consiste na interpretação a ser dada à condicional de 2 §1 1235b15. Há duas possibilidades, que se traduzem em duas possibilidades de interpretar a concomitância denotada pelo radical presente de φαίνεται: ou (3') será o caso uma vez que a tarefa indicada por τοῦτο tiver sido suficientemente desenvolvida—isto é: se (3'), é porque (3) ocorreu ou está em vias de ocorrer;²⁶ ou o conteúdo de (3') fornece os meios pelos quais poderemos levar a cabo o referente de τοῦτο: fazendo (3'), fazemos (3). Esta é a interpretação que irei defender. Um terceiro problema, dependente deste, consiste na interpretação a ser dada a γάρ na linha 1235b16: se entendermos que a condição (3') é um meio para a realização de (3), γάρ fornece a razão por que (3') acarreta (3); neste caso, ὁ τοιοῦτος λόγος refere os argumentos que permitem ver que as diversas posições são reputadas por boas razões. Porém, se (3') meramente acompanha a realização de (3), então o período explica por que a realização de τοῦτο é acompanhada de (3'), e ὁ τοιοῦτος λόγος refere o que designei por “explanação” em minha tradução.

Passo agora a apresentar minha interpretação para o trecho composto pelos §§1–23. Nos §§9–13, Aristóteles irá tornar “claro que os contrários são reputados por boas razões” e “dissolver contrariedades e aporias” (os itens 3' e 1b–c enumerados no texto do §1 acima). Nos §§14–23, ele restitui ou explica (ἀποδοῦναι) as várias opiniões sobre o assunto (1a).²⁷

²⁵ “Essas coisas” refere não a amizade (o que é óbvio dado o plural) mas os diversos tópicos invocados quando da apresentação de opiniões sobre a amizade. Tomando por referência a contrariedade que apresentamos, esses tópicos são: o útil; a amizade dos φαῦλοι; a amizade dos bons.

²⁶ τοῦτο δ' ἔσται não marca um futuro lógico, mas está, digamos, regido pelo subjuntivo da prótase, que apresenta certo estado de coisas sob a estimativa de que ele provavelmente será realizado. Na medida em que a estimativa é subjetiva, o futuro deve ser encarado quase como um promissivo (quase, pois uma promissória na plenitude de sua força exigiria que a prótase fosse apresentada como factual: “quando (ὅταν) estiver claro etc.”). Levanto o ponto porque Aristóteles está introduzindo a ideia de que ficará “claro que os contrários são reputados por boas razões” como mais provável ou como mais facilmente realizável do que as ações denotadas em 1a–c, pois a relativa em ὅστις veicula a força de uma condicional simples, quer dizer, não-marcada quanto à atitude do falante relativamente à realização das ações denotadas em 1a–c. Eis como interpreto o ponto: Aristóteles indica que se passará à elaboração de um λόγος tal que fará com 1a–c se realizem. Este é um feito notável, e Aristóteles o apresenta sob um registro neutro quanto à expectativa de realização. Em seguida, mediante o futuro vívido, ele apresenta uma ação como de realização mais provável, o que, no caso, significa mais simples: fazer de modo que “esteja claro” que as diversas posições são sustentadas por razões compreensíveis. Tudo isso sugere que (3') deve ser lido como o meio para se alcançar a realização de 1a–c (ou do que quer que τοῦτο refira em 1235b15). Essa expectativa será confirmada pela análise dos §§9–13.

²⁷ A discussão dos dois blocos de texto me dará ensejo de elaborar minha interpretação para os §§2–8.

4. §§9–13

No §9, Aristóteles introduz a ideia de que as amizades são ditas “por referência a algo uno”, πρὸς ἓν:

ἀνάγκη ἄρα τρία φιλίας εἶδη εἶναι, καὶ μήτε καθ' ἓν ἀπάσας, μήθ²⁸ ὥς εἶδη ἑνὸς γένους, μήτε πάμπαν λέγεσθαι ὁμωνύμως. πρὸς μίαν γάρ τινα λέγονται καὶ πρώτην...

É, assim, necessário que existam três formas de amizade e que não seja o caso nem que elas todas sejam ditas nos termos de algo uno, nem a título de formas de um mesmo gênero, nem de maneira inteiramente homônima. Com efeito, elas são ditas por referência a uma <amizade> una e primária...—1236a15–18.

Aliada à ideia de que existem três amizades, a doutrina de que elas são ditas por referência a uma amizade primária pode ser resumida nas seguintes ideias (1236a15–18):

- a) As amizades não são de um mesmo tipo ou forma;
- b) Elas não pertencem a um mesmo gênero de coisas;
- c) Existe, dentre elas, uma amizade que é primária relativamente às demais.

Nesta seção, desejo mostrar que elas são empregadas em conjunto na exibição do erro da posição representada pelos acadêmicos. Sua refutação é uma instância exemplar de realizações de prescrições do §1, e permite solucionar algumas das dificuldades de interpretação que ele apresentava.

Entendo que a afirmação do πρὸς ἓν das amizades se mostra insuficientemente explicada quando buscamos apoio nos §§2–7,²⁹ mas acredito que ela será satisfatoriamente fundamentada

²⁸ PCL; Susemihl imprime μήδε apoiado na retomada da ideia de que as amizades são πρὸς ἓν em 1236b25–26 (onde a ideia de que as amizades não apresentam unidade genérica é a única que não é reafirmada por Aristóteles), sugerindo, ao que parece, que a cláusula a respeito do gênero aparece aqui a título de *afterthought*; a tese não teria um papel importante a exercer no argumento de Aristóteles. Não endosso essa ideia, como ficará claro adiante.

²⁹ A tentativa de mostrar que os §§2–7 conferem fundamento para a doutrina do πρὸς ἓν das amizades envolve, antes de tudo, mostrar que o trecho sustenta a tripartição dos bens apresentada no §8. Porém, §§2–3 não falam da diferença entre prazer e bem enquanto ἀγαθά, mas enquanto objetos de afeição, e §§2–7 não apresentam a noção de útil enquanto bem (como assinalam vários autores, Berti (1971), p.176, Leszl (1970), pp. 394, n. 70, 394–5, Zingano (2015), p. 208–11). Se Aristóteles quisesse denotar a ideia do bem como útil a partir da expressão τινι, ele o teria feito de uma maneira enganosa, para não dizer contraditória, pois ele fala, nos §§4–7, além de em ἀγαθόν τινι, em ἡδύ τινι, de sorte que, se a ideia de utilidade estivesse sendo veiculada pela expressão no caso dativo, estaríamos comprometidos com a noção estranha de um prazer útil para alguém. Além disso, em 1236a7–10 são apresentadas duas listas de bens, e ὠφέλιμον e τινι são apresentados separados, como se se tratasse de coisas diferentes. Por fim, Aristóteles recorre à ideia de “vantajoso” (συμφέρων) justamente para ilustrar o que seria o bem absoluto (1235b33–34), o que seria, no mínimo, extremamente confuso se sua intenção fosse delimitar um terceiro tipo de bem além dos dois de que ele fez menção nos §§2–3. Os parágrafos tampouco fornecem indicações suficientes para fundamentar a tese de que a amizade dos virtuosos é primária. Essa não é a intenção de Aristóteles no trecho, onde se trata de apresentar a distinção entre bem sem qualificação e bem para alguém, além da identidade

ao realizar diversas prescrições do §1. Começemos reafirmando o vínculo estreito que liga as ideias *a*), *b*), e *c*). Tome-se determinado item *x* e os seus casos secundários, *y*, *z*, etc. Para ser tal que todos se relacionam a ele à maneira do *πρὸς ἓν*, será necessário que esses itens não sejam sinônimos, o que é assegurado por *a*) e *b*), e será necessário que eles sejam homônimos, isto é, que eles sejam chamados por um mesmo nome, o que está garantido pela ideia de que há três amizades; por fim, será preciso que *x* seja primário relativamente a esses itens, o que é afirmado por *c*). A ideia de que há três amizades não sinônimas tais que uma delas é primária relativamente às demais significa justamente que elas são *πρὸς ἓν*.

Assim, as teses *a*)–*c*), aliadas à ideia de que há três amizades, consistem em nada mais senão na doutrina de que as amizades são (ditas) *πρὸς ἓν*. Elas apresentam, digamos, uma forte coesão doutrinal, e irei me referir a elas pela expressão “doutrina do *πρὸς ἓν*” das amizades. Veja-se, agora, o uso que Aristóteles faz dela nos §§9–13. Suas teses são empregadas em conjunto na crítica do ponto de vista dos acadêmicos. Apresento o texto integral de §§9–13:

ἀνάγκη ἄρα τρία φιλίας εἶδη εἶναι, καὶ μήτε καθ' ἓν ἀπάσας, μήθ' ὡς εἶδη ἐνὸς γένους, μήτε πάμπαν λέγεσθαι ὁμωνύμως. πρὸς μίαν γάρ τινα λέγονται καὶ πρώτην, ὥσπερ τὸ ἱατρικόν καὶ ψυχὴν ἱατρικὴν³⁰ καὶ σῶμα λέγομεν καὶ ὄργανον καὶ ἔργον, ἀλλὰ κυρίως τὸ πρῶτον. πρῶτον δ' οὗ λόγος ἐν ἡμῖν ὑπάρχει. οἷον ὄργανον ἱατρικόν, ᾧ ἂν ὁ ἱατρός χρῆσαιτο· ἐν δὲ τῷ τοῦ ἱατροῦ λόγῳ οὐκ ἔστιν ὁ τοῦ ὄργανου. ζητεῖται μὲν οὖν πανταχοῦ τὸ πρῶτον· διὰ δὲ τὸ καθόλου³¹ εἶναι πρῶτον λαμβάνουσιν καὶ πρῶτον καθόλου³², τοῦτο δ' ἐστὶ ψεῦδος. ὥστε καὶ περὶ τῆς φιλίας οὐ δύνανται πάντ' ἀποδιδόναι τὰ φαινόμενα. οὐ γὰρ ἐφαρμόττοντος ἐνὸς λόγου οὐκ οἶονται ἄλλας φιλίας εἶναι³³. αἱ δ' εἰσὶ μὲν, ἀλλ' οὐχ ὁμοίως εἰσὶν· οἱ δ' ὅταν ἡ πρώτη μὴ ἐφαρμόττη, ὡς οὖσαν καθόλου ἂν, εἴπερ ἦν πρώτη, οὐδ' εἶναι φιλίας τὰς ἄλλας φασίν· ἔστι δὲ πολλὰ εἶδη φιλίας. τῶν γὰρ ῥηθέντων ἦν ἡδη, ἐπειδὴ διώρισταί τριχῶς λέγεσθαι τὴν φιλίαν. ἡ μὲν γὰρ διώρισταί δι' ἀρετὴν, ἡ δὲ διὰ τὸ χρήσιμον, ἡ δὲ διὰ τὸ ἡδύ.

entre prazer sem qualificação e prazer para alguém, que será utilizada no §24 e no trecho correspondente aos §§25–39 (A respeito disso, cf. pp. 31ss e nota 65 abaixo).

³⁰ A OCT imprime ὥσπερ τὸ ἱατρικόν· καὶ <γὰρ> ψυχὴν ἱατρικὴν κτλ.; o acréscimo pertence a Bonitz (1844), p. 57. Tomo o neutro τὸ ἱατρικόν como uma menção e elimino a pausa. Aristóteles não se dedica a esmiuçar o que quer dizer com “primário”, apresentando exemplos de maneira sumária.

³¹ W&M imprimem τὸ <τό> καθόλου εἶναι (acrécimo de Solomon).

³² W&M fornecem <τὸ> πρῶτον καθόλου, suprido por Spengel.

³³ <τὰς> ἄλλας φιλίας εἶναι, W&M, seguindo Bonitz.

1 *É, assim, necessário que existam três formas de amizade e que não seja o*
2 *caso nem que elas todas sejam ditas nos termos de algo uno, nem a título de*
3 *formas de um mesmo gênero, nem de maneira inteiramente homônima. Com*
4 *efeito, elas são ditas por referência a uma <amizade> una e primária, como*
5 *ocorre no caso do termo “medicinal” de chamarmos a uma alma medicinal*
6 *e a um corpo, e também a um instrumento e a uma operação, mas em*
7 *sentido próprio ao que é primário. E primário é aquilo cuja definição está*
8 *presente em nós, como <quando se afirma> que é medicinal o instrumento*
9 *que o médico utilizaria, ao passo que na definição do médico não consta a*
10 *do instrumento. Busca-se, enfim, em todos os casos por aquilo que é*
11 *primário. Todavia, em razão de o universal ser primário, eles presumem*
12 *que algo que é primário é universal. Isto, porém, é falso, de modo que*
13 *também no caso da amizade não são capazes de restituir os fenômenos.*
14 *Com efeito, quando uma mesma definição não se ajusta, pensam que não*
15 *existem outras amizades, as quais existem, embora não da mesma maneira.*
16 *Eles, porém, todas as vezes que a primária não consegue se ajustar—como*
17 *quem pensa que, sendo primária, por isso mesmo ela haveria de ser*
18 *universal—, afirmam que as outras não são amizades. Todavia, há muitas*
19 *formas de amizade, pois temos já as de que falamos, visto que ficou*
20 *delimitado que elas são ditas de três maneiras: uma está delimitada <como*
21 *sendo> por conta da virtude, outra por conta do útil e outra por conta do*
22 *prazer.—1236a15–35.*

A partir da linha 10, a ideia de que há uma amizade primária em relação às demais é empregada para exhibir a causa do erro dos acadêmicos. Eles afirmam que a amizade dos virtuosos (ou qualquer que seja a amizade a que se está atribuindo a qualidade de primária, o ponto não é importante aqui) é universal; não sem motivos: na medida em que se “busca em todos os casos por aquilo que é primário”, eles lograram reunir atributos característicos dessa amizade exemplar, e estão em posse do seu λόγος, da sua definição (14–18; 2 §§19–21). O problema, contudo, começa quando eles tentam examinar candidatas a constituírem relações de amizade por meio de uma sondagem em busca da presença dos atributos próprios da amizade dos virtuosos, como descrito nas linhas 14–18. Trata-se da tentativa de aplicar o argumento da congruência (como fica claro nos §§19–23 1236b12–23), argumento que é fonte de todos os absurdos endossados pelos acadêmicos. Com efeito, é a partir dele que se afirma que não há outras amizades (2 §12 1236a26–27, 28–29); que indivíduos moralmente inferiores não podem ser amigos (2 §19 1236b12–14); e que amigos por conta do prazer não o são verdadeiramente (2 §21 1236b17–19).³⁴

Para lidar com tal situação, Aristóteles, primeiro, afirma, taxativamente, que não é necessário que as amizades sejam tomadas universalmente (τοῦτο δ’ ἐστὶ ψεῦδος em 2 §11 1236a24–25, referindo a ideia de que tudo o que é primário é universal). Com a afirmação, Aristóteles pretende dissolver a aporia em que o argumento da congruência nos deixava, argumento que depende da posição de que a amizade dos virtuosos seja universal.³⁵ Se admitida, a doutrina de que as amizades são ditas tais por referência a uma amizade primária—mais especificamente, as ideias de que há uma amizade primária relativamente às demais³⁶ e ela não é nem da mesma forma nem do mesmo gênero das demais, as ideias *a*), *b*) e *c*)—preclui a aplicação do argumento da congruência. Sem tratar diretamente das teses dos acadêmicos e nem do argumento pelo qual eles as defendem, Aristóteles exibiu a causa por que afirmam proposições absurdas.³⁷

³⁴ Todas essas coisas são referidas por Aristóteles a título de coisas manifestas, “fenômenos”: que há outras amizades, 1236a26–27 (onde se faz referência à ideia para explicar a afirmação anterior de que os acadêmicos não são capazes de τὰ φαινόμενα ἀποδιδόναι); que os φαῦλοι são amigos e que os amigos por prazer são amigos, 1236b22 (onde as ideias, apresentadas em 1236b12–23, são referidas por βιάζεσθαι τὰ φαινόμενα).

³⁵ Já que, se as amizades não pertencem a um mesmo gênero, não há atributos essenciais que possam ser predados delas κατὰ παντός, condição necessária para que se possa falar em universal (*APo* I 4 73b25–74a3; cf. *GA* 788b10–20).

³⁶ O que também pressupõe a ideia de que há várias amizades.

³⁷ Cf. *EN* VII 15 1154a22–25: ἐπεὶ δ’ οὐ μόνον δεῖ τὰληθὲς εἰπεῖν ἀλλὰ καὶ τὸ αἴτιον τοῦ ψεύδους... Aristóteles se contrapõe antes de tudo à posição dos acadêmicos de que a amizade dos virtuosos

Em seguida, ele mostrará que sua doutrina é mais interessante e digna de ser admitida, pois, além de situar o local provável do erro dos acadêmicos, ela se coaduna (ὁμολογεῖν) ao que é manifesto sobre o assunto.³⁸ Isso ocorre nas linhas 14–16 e 16–17...18–22. Os dois trechos parecem repetir a mesma lição: na medida em que a aplicação do argumento da congruência apresenta resultados negativos, i.e., as amizades secundárias não apresentam todos os atributos da amizade dos virtuosos, os acadêmicos afirmam que não existem outras amizades (ou, nos termos da segunda vez em que a ideia é afirmada, em 16–17...18–22, que “as demais (τὰς ἄλλας) não são amizades”), o que não pode ser admitido. Por que Aristóteles diz isso duas vezes? Reiterá-lo é, sem dúvida, interessante para quem está apresentando uma doutrina rival à dos acadêmicos, como acredito que ele esteja fazendo. Porém, há diferenças entre essas apresentações: na primeira, ele simplesmente diz: “mas elas existem” (αἱ δ’ εἰσὶ μὲν), limitando-se a comentar: “só que não da mesma maneira” (ἀλλ’ οὐχ ὁμοίως εἰσὶν). Lembrando que existirem outras amizades além da dos virtuosos é algo de evidente ou manifesto quando o assunto é φιλία, pode-se dizer que ele se limita aqui a constatar esse fato e a contrapô-lo à posição dos acadêmicos. Ele reafirma um dado manifesto. Veja-se, agora, o que ele diz na reapresentação da ideia:

Eles, porém, todas as vezes que a primária não consegue se ajustar [...], afirmam que as outras não são amizades. Todavia, há muitas formas de amizade, pois temos já as de que falamos, visto que ficou delimitado que elas são ditas de três maneiras: uma está delimitada <como sendo> por conta da virtude, outra por conta do útil e outra por conta do prazer.—1236a28–32.

Como quem se apoia na afirmação que acaba de ser feita—o fato de que existem outras amizades—Aristóteles faz não uma afirmação existencial, mas uma predicação, e indica, *actu continuo* (ἦν ἤδη, 2 §13 1236a30), que sua doutrina, que acabou de ser apresentada no §9 (ῥηθέντα na linha 19), é capaz de se ajustar a esse fato. Sua doutrina se “coaduna” a esse fenômeno (2 §1 1235b16). A reiteração da ideia serve para mostrar que a posição de Aristóteles é a que é capaz de se mostrar de acordo com a intuição de que existe mais de uma amizade.

é universal, não às teses que afirmam a partir dela. O ponto é importante já que, como veremos, Aristóteles tem a intenção de mostrar que, admitida a sua doutrina, essas teses, em conformidade com 1a, podem ser (re)afirmadas.

³⁸ Refiro-me à ideia de que existem outras amizades. Como indicamos na nota 34, depois de afirmar que a doutrina dos acadêmicos não faz justiça aos fenômenos nas linhas 12–14, Aristóteles explica que, por aplicarem o argumento ἐφαρμόττειν, eles se veem em posição de recusar a existência de outras amizades. Haver outras amizades é, portanto, a ideia ou uma das ideias referidas por φαινόμενα na linha 14.

Assim, a doutrina segundo a qual há três amizades não sinônimas tais que uma delas é primária relativamente às demais tira de cena o argumento pelo qual os acadêmicos sustentam opiniões bizarras (παράδοξα—§22 1236b22, cf. p. 14 acima). Além disso, fornece-se a explicação de por que os acadêmicos se acreditaram em posição de aplicar esse argumento (de por que creem que a amizade dos virtuosos é universal), tornando compreensível por que eles sustentavam sua posição. Fica claro que ela era sustentada “por boas razões”, εὐλόγως;³⁹ começa-se a “devolver” (ἀποδιδόναι) os fenômenos em jogo na amizade, a começar pelo começo, quer dizer, pela afirmação de que há vários tipos de amizade. Aristóteles mostrou, a um só golpe, que se pode compreender a posição dos acadêmicos e que, a nos fiarmos na doutrina que se coaduna melhor aos fenômenos, não podemos aceitar que se procure ver nas demais amizades cada atributo que encontramos na amizade dos virtuosos.

Antes de avançar para o estudo dos §§14–23, convém fazer um balanço dessas considerações. Na página 17, avançamos alguns problemas interpretativos em aberto no §1 do capítulo que estamos examinando:

- (i) Qual o referente de τοῦτο em 1235b15?
- (ii) Como interpretar a relação de concomitância entre (3) e (3')?
- (iii) Como interpretar o γάρ de 1235b16?

Nestes §§9–13, Aristóteles tirou de cena o argumento da congruência e tornou possível recusar a tese 1 da aporia que examinamos, a ideia de que indivíduos moralmente inferiores não podem ser amigos. A aporia, isto é, a impossibilidade de avançar na investigação, é resolvida pela designação da causa pela qual os acadêmicos afirmam coisas falsas, o que é feito mediante a apresentação de uma concepção das três formas de amizade nos termos da qual há uma amizade que, de fato, é primária, mas que, não por isso, será universal. Parece que tornar claro que determinada posição é sustentada por boas razões é um meio pelo qual se chega a resolver aporias,⁴⁰ o que soluciona (ii) e é um primeiro passo na determinação de (i) (τοῦτο indica, pelo menos, 1b, “dissolver aporias”). Além disso, a destituição da tese 1 que examinamos elimina, evidentemente, sua contraposição junto às teses 2 e 3 e, uma vez que a tese 3 já foi implicitamente retificada

³⁹ Eles o faziam por boas razões, mas não por razões boas, já que seu argumento é falso. Cf. notas 40 e 68.

⁴⁰ Para a ideia de que εὐλογον pode referir algo compreensível, porém falso, cf. *EN* VII 15 1154a22–25 (citado acima, na nota 37): ἐπεὶ δ' οὐ μόνον δεῖ τὰληθὲς εἰπεῖν ἀλλὰ καὶ τὸ αἴτιον τοῦ ψεύδους (τοῦτο γὰρ συμβάλλεται πρὸς τὴν πίστιν· ὅταν γὰρ εὐλογον φανῇ τὸ διὰ τί φαίνεται ἀληθὲς οὐκ ὄν ἀληθὲς, πιστεύειν ποιεῖ τῷ ἀληθεῖ μᾶλλον)· ὥστε λεκτέον διὰ τί φαίνονται αἱ σωματικαὶ ἡδοναὶ αἰρετώτεραι. .

pela ideia de que a amizade decorrente do útil é (apenas) um dos três tipos possíveis de amizade, podemos dizer que desapareceu o conjunto de contradições representado pela afirmação simultânea das teses 1–3. Isto foi feito pela afirmação da doutrina de que I. há três amizades II. não sinônimas tais que III. uma delas é primária relativamente às demais. Dito de outro modo, essa doutrina elimina a aporia representada pela tese 1 ao mostrar que não se pode aplicar o argumento da congruência no exame de candidatas a amizades secundárias (1b mediante 3’ do §1); e a ideia de que há três amizades, além de instanciar (4) de maneira explícita, elimina o caráter exaustivo e conclusivo da tese 3, dissolvendo sua contradição junto às outras duas ideias. Assim, τοῦτο, realizado pela afirmação de I–III, parece referir 1b e 1c no §1. Por fim, mencionamos, na página 17, que a solução de (iii) dependia do problema (ii). Na medida em que (ii) parece ser resolvido pela ideia de que ir ficando claro que cada uma das posições que dá origem às teses da página 13 é mantida por bons motivos, γάρ na linha 1235b16 será interpretado como fornecendo a razão pela qual semelhante fato garante que possamos resolver aporias e eliminar contradições.

Continua em aberto o problema de determinar se 1a, “restituir as coisas que se pensa sobre esses pontos”,⁴¹ está ou não referido por τοῦτο na linha 1235b15. Esse ponto 1a, como irei propor agora, é realizado a partir do §16. Vejamos como isso se dá a partir de uma leitura do conjunto dos §§14–23 sob a luz do §1.

Excurso

As decisões interpretativas apresentadas têm consequências interessantes de um ponto de vista filosófico. Elas permitem trazer à luz determinações adicionais do processo investigativo descrito em *EE* VII 2 §1 e em *EN* VII 1 1145b3–7:

- *Realizar (3’) envolve realizar (4)*—Por que tornar claras as razões por que cada opinião é mantida implica produzir um λόγος que se coaduna aos fenômenos? Vejo duas possibilidades. Ao esclarecer os diversos motivos por que as opiniões são mantidas, afastamos os erros de que elas estão impregnadas, o que é condição necessária para a produção de uma teoria adequada que, ao final, se mostrará em concordância com os fenômenos. Neste caso, trata-se de satisfazer uma condição necessária de qualquer investigação, a saber, deixar de lado teses errôneas. A outra possibilidade é que o procedimento todo irá consistir em nada mais do que na

⁴¹ V. nota 25 para os referentes de “esses pontos”, περὶ τούτων.

tentativa de revelar em que sentido as diversas posições e teses são verdadeiras. Esta parece ser a estratégia de Aristóteles no trecho. Porém, para que seja o caso que a eliminação do erro redunde em restar uma verdade, é necessário endossar a ideia de que todas as posições e teses acerca do assunto ou estão apoiadas em ou afirmam alguma coisa de verdadeiro. “Cada qual apresenta algo de afeito relativamente à verdade”, como diz Aristóteles em *EE* I 6;⁴²

- A solução que adotamos para o problema (iii) há pouco envolve entender que o referente de ὁ τοιοῦτος λόγος em *EE* VII 2 §1 1235b16 é o conjunto de argumentos por meio dos quais Aristóteles realiza (3’); e acabamos de sugerir que a ação de identificar as “causas” por meio das quais as diversas teses acerca da amizade são sustentadas equivale a revelar os φαινόμενα nos quais elas se apoiam; ora, sabemos já que (4), uma consequência da realização de (3’), é suficiente para realizar 1b–c; resulta que Aristóteles pressupõe que não há dois conjuntos de φαινόμενα diferentes capazes de subsidiar a elaboração de determinada teoria por meio da solução de aporias e de contrariedades. A ideia, relativamente comum em Aristóteles, é a de que a explanação capaz de solucionar as contradições em que recaem as posições antagônicas corresponde necessariamente à doutrina correta sobre o assunto.⁴³ Há apenas uma explanação desse tipo. Essa é uma maneira de dizer que o λόγος que resolve contrariedades é “remanescente” (*EE* VII 2 §1 1235b13): ele é o único capaz de fazê-lo.

⁴² ἔχει γὰρ ἕκαστος οἰκεῖόν τι πρὸς τὴν ἀλήθειαν [...]. Há uma relativa logo em seguida: ἐξ ὧν ἀναγκαῖον δεικνύναι πως περὶ αὐτῶν (αὐτῶν refere as virtudes particulares mencionadas no parágrafo anterior; Aristóteles está justificando por que elas devem ser investigadas λόγοις). Parece-me que o antecedente mais natural para ὧν é a ideia do conjunto de οἰκεῖά τινα conotada pela propriedade distributiva de ἕκαστος: “cada qual apresenta algo de afeito relativamente à verdade, e é forçoso partir dessas coisas para lograr mostrar algo sobre as virtudes.” A ideia é a de que a doutrina adequada sobre determinado tema será composta das diversas contribuições particulares. Cf. *Met.* 993a30–b5: ἡ περὶ τῆς ἀληθείας θεωρία τῇ μὲν χαλεπῇ τῇ δὲ ῥαδίᾳ. Σημεῖον δὲ τὸ μήτ’ ἀξίως μηδένα δύνασθαι θιγεῖν αὐτῆς μήτε πάντας ἀποτυγχάνειν, ἀλλ’ ἕκαστον λέγειν τι περὶ τῆς φύσεως, καὶ καθ’ ἓνα μὲν ἢ μηθὲν ἢ μικρὸν ἐπιβάλλειν αὐτῇ, ἐκ πάντων δὲ συναθροισμένων γίνεσθαι τι μέγεθος· ὥστ’ εἴπερ ἔοικεν ἔχειν καθάπερ τυγχάνομεν παροπιαζόμενοι, τίς ἂν θύρας ἀμάρτοι;

⁴³ A ideia pode ser divisada em todos os casos em que Aristóteles apresenta sua posição por meio da expressão λείπεται τοῖνυν/οὖν como ele fará no §23 (1236b23ss) do trecho que estamos examinando (cf. *GA* 717a20–26, *Met.* 1059b20–21, 1284b32–34, *Ph.* 206a18, 232b18–20, dentre muitos outros). A expressão anuncia a conclusão de uma prova (i) por casos em que (ii) uma só das possibilidades arroladas se revela viável. Trata-se de uma indicação muito precisa, o que mostra que, em 1236b23ss, Aristóteles realmente endossa a ideia de que a doutrina do πρὸς ἓν das amizades é a única opção sobre a mesa. Cf. em especial *Ph.* III 2 201b35–202a3, a famosa conclusão da discussão que fundamenta a definição de movimento: λείπεται τοῖνυν ὁ εἰρημένος τρόπος, ἐνέργειαν μὲν τινα εἶναι, τοιαύτην δ’ ἐνέργειαν οἶαν εἵπαμεν, χαλεπὴν μὲν ἰδεῖν, ἐνδεχομένην δ’ εἶναι. Τοῖνυν se refere ao fato de que, dos três candidatos a constituir o que seria o gênero do movimento—privação, atividade e potência—, nenhum pode ser admitido como tal. “Resta, portanto”, que o movimento seja certa reunião dessas três determinações. A manobra, para dizer o mínimo, é surpreendente.

- Nesse sentido, a investigação quase que ela toda consiste em proceder de modo a eliminar as contradições entre as várias teses defendidas acerca de determinado assunto, o que resultará na produção de um conjunto, único, de “fenômenos”.⁴⁴ Essa me parece ser a ideia por trás do *infectum* de τιθέναι τὰ φαινόμενα em EN VII 1 1145b3. A referência seria não ao mero ato de apresentar as várias opiniões contraditórias sobre o assunto, mas ao processo, muito mais laborioso, de examinar essas opiniões, despojá-las de contradições e “ir apresentando” (δεικνύναι) os vários fatos ou ideias manifestas que elas veiculam. Noutras palavras, a referência de τιθέναι seria ao conjunto da investigação,⁴⁵ que equivale a nada de outro senão a organizar os fenômenos.

§§14–23

Retomemos nossa análise. Nos §§14–23, Aristóteles restitui, sob formas mais ou menos modificadas, as teses 1–3 que vimos estudando. Noutras palavras, ele realiza o que indicamos por 1a na nossa análise de 2 §1.

No §12 do capítulo 1, quando da apresentação das δόξαι mais “afeitas” (οἰκεῖαι) ao problema da amizade, Aristóteles apresentou (1) a tese de que apenas os bons podem ser amigos e que não é possível que indivíduos moralmente inferiores sejam amigos e, em oposição a ela, a ideia de que (2) os animais e as mães apresentam afeição;⁴⁶ também foi apresentado (3) um grupo relativamente autônomo de contrariedades relativas ao problema da amizade nos termos do útil.⁴⁷ Esta última tese é restituída no §14 com a colocação de que a amizade que decorre da utilidade tem lugar entre “a maioria” (διὰ τῶν

⁴⁴ E tornará possível ἀποδοῦναι τὰ δοκοῦντα, como veremos logo mais.

⁴⁵ Daí a ideia de “ir assim (οὕτω) apresentando todas as opiniões reputadas etc.” No texto de 1145b3–7, está claro que o advérbio relativo é anafórico. É à medida que se vai dispondo os fenômenos que se vai (re)apresentando cada ἔνδοξον sobre o assunto.

⁴⁶ Tivemos ocasião de falar do papel das mães no argumento de Aristóteles (p. 12 e nota 12). Quanto aos animais, vale lembrar que Aristóteles diz que “é evidente que a afeição está presente neles” (φαίνεται... ἐνοῦσα—1235a34).

⁴⁷ “Relativamente autônomo” porque está claro que a tese que é imediatamente posta em oposição à posição dos acadêmicos é a de que as mães apresentam afeição (como o indica a estrutura condicional sob a qual ela é apresentada (... ἄτοπον εἰ μὴ φιλοῦσιν αἱ μητέρες τὰ τέκνα...), que parece ligar-se ao que se disse sobre os bons); note-se (*pace* Barnes (1980), p. 492), que os pontos acerca da utilidade reproduzidos por Aristóteles nos §§14–15 do cap. 1 não são ditos ὑπεναντία relativamente ao que se dissera sobre os bons ou sobre os φαῦλοι, mas relativamente às opiniões “por demasiado gerais” (λίαν καθόλου—1235a30) que Aristóteles parecia ter deixado de lado ao dar início à apresentação dos pontos “mais próximos e afeitos aos fenômenos” (ἐγγυτέρω καὶ οἰκεῖαι τῶν φαινομένων—1235a31) em 1 §12.

πλείστον—2 §14 1236a33).⁴⁸ As duas primeiras serão reapresentadas ao longo dos §§16–23.

No §17, Aristóteles afirma que as amizades do prazer e da utilidade estão presentes nos “animais selvagens” (τοῖς θηρίοις—1236b7). Ele começa exibindo o atributo da amizade primária que impede que ela possa ser dita de animais que não-humanos, a “escolha deliberada mútua” (ἀντιπροαίρεσις—1236b3).⁴⁹ A jogada tira de cena a amizade primária quando o assunto é a φιλία dos animais e nos permite afirmar: “as demais <têm lugar> também nos animais selvagens”, o que consiste em uma reapresentação da ideia (2) e que pode ser visto como uma das coisas referidas por δοκοῦντα no §1.

Mais interessante é o que Aristóteles diz em 2 §18 1236b10–12: os φαῦλοι “seriam também amigos uns dos outros tanto por conta do útil quanto por conta do prazer”. Isto se coaduna com fenômenos, mas não restitui a posição dos acadêmicos, antes contrapõe-se a ela, pois o que eles diziam era que “não é possível que os φαῦλοι sejam amigos”. Todavia, a função da afirmação de 2 §18 1236b10–12 é dar ensejo à retomada do argumento da congruência que permite aos acadêmicos concluir aquilo que, agora sim, efetivamente afirmam no capítulo 1: os φαῦλοι “não têm afeição um pelo outro” (2 §19 1236b14).⁵⁰ E esta afirmação é que é objeto de reapresentação logo em seguida: “não é que <os φαῦλοι> não exibam afeição, mas não a afeição primária” (οὐδ’ οὐ φιλοῦσι μὲν,

⁴⁸ A ideia de quantidade numérica elevada ressoa e explica o fato de que a tese 3 fora apresentada sob o quantificador universal. Aristóteles não chama a atenção para o ponto. Acredito que isso se deva ao fato de que a tese 3, como mencionei, não participar de maneira tão orgânica da contrariedade que vimos analisando. No capítulo 1, Aristóteles contrapõe à tese acerca da amizade fundada na utilidade não as teses 1 ou 2, mas colocações relativas à ideia de semelhança e dessemelhança, que evocam a discussão “mais geral” que ele parecera ter expressamente deixado de lado em 1 §12 1235b29–31. Na medida em que as proposições defendidas acerca da amizade da utilidade são postas em oposição às teses gerais relativas ao semelhante e ao contrário, Aristóteles não poderá restituir o que se pensa sobre o assunto senão no capítulo 5, quando fala das relações entre o ὁμοιον e a ἐναντιότης, de um lado, e a φιλία, de outro. Como quer que seja, veremos que, no trecho que passamos agora a examinar, o foco está sobre os temas da amizade própria aos indivíduos moralmente imperfeitos e da eminência da amizade dos virtuosos (ἀγαθοί).

⁴⁹ A meu ver, a função do §16 é a de trazer à tona esse atributo, que nos permitirá dizer que existe uma amizade reservada a homens, a mesma a que os acadêmicos se referiam quando falavam em uma amizade “dos bons” no capítulo primeiro (§12 1235a32–33; ela é a mesma graças à observação, aliás brevíssima, de 2 §16 1236b1, de que a amizade primária anunciada no §9 é a amizade “dos melhores”). Aristóteles está reelencando os pontos apresentados no capítulo primeiro, mas qualificados de maneira tal que se eliminam suas oposições.

⁵⁰ O texto de Aristóteles reza, “os que cometem injustiça não têm afeição um pelo outro”. A conclusão de que os φαῦλοι não cometem injustiça um ao outro é subentendida, pois a proposição é apresentada por Aristóteles a título da premissa maior de um silogismo com termo médio em “cometer injustiça”: “não ter afeição” pelo outro pertence a tudo o que “comete injustiça”, e isto pertence a todos os φαῦλοι; todos os φαῦλοι são tais que não exibem afeição um pelo outro.

ἀλλ’ οὐ τὴν πρώτην φιλίαν [...]—1236b14–15).⁵¹ É, portanto, correto dizer que os φαῦλοι não têm afeição um pelo outro, desde que se diga: eles não têm a afeição primária.

Estamos em pleno processo de “retificação” (μεταβιβάζειν—I 6 §1 1216b30) daquilo se diz sobre o assunto, processo cujo propósito é mostrar que todos esses “ditos” (λεγόμενα) estão, de certa maneira, de acordo (cf. I 6 §1 1216b29). Restitui-se o que se pensa sobre essas coisas ao mesmo tempo em que vai ficando claro que cada uma dessas ideias é reputada por boas razões.⁵² Por vezes, a restituição das diversas posições é apresentada por Aristóteles quase como lances espirituosos, em que todo o destaque é conferido às pequenas mudanças de formulação que as distinções de sua doutrina torna possíveis. Assim, segundo 2 §21 1236b20–21: “aquela [a amizade pelo prazer] é, conforme ficou dito, uma amizade, *não aquela, mas oriunda daquela* (οὐκ ἐκείνη δέ, ἀλλ’ ὅπ’ ἐκείνης)”.

Há, por fim, o §23. Nele, Aristóteles afirma:

τὸ μὲν οὖν ἐκείνως μόνον λέγειν τὸν φίλον βιάζεσθαι τὰ φαινόμενα ἐστὶ, καὶ παράδοξα λέγειν ἀναγκαῖον· καθ’ ἓνα δὲ λόγον πάσας δυνατὸν⁵³. λείπεται τοίνυν οὕτως, ὅτι ἐστὶ μὲν ὡς μόνῃ πρώτῃ⁵⁴ φιλία, ἐστὶ δὲ ὡς πᾶσαι, οὔτε ὡς ὁμώνυμοι καὶ ὡς ἔτυχον ἔχουσαι πρὸς ἐαυτάς, οὔτε καθ’ ἓν εἶδος, ἀλλὰ μᾶλλον πρὸς ἓν.

Enfim, por um lado, (μὲν οὖν) afirmar que se é amigo apenas daquele jeito [i.e. como os virtuosos] é fazer violência aos fenômenos (βιάζεσθαι τὰ φαινόμενα) e leva forçosamente a afirmar ideias bizarras (παράδοξα λέγειν). Por outro lado (δέ), é possível <afirmar que> todas <são amizades> nos termos de uma doutrina unificada (καθ’ ἓνα λόγον)⁵⁵; resta, então, que as coisas sejam assim, que há uma maneira (ἐστὶ μὲν ὡς) nos termos da qual existe uma única amizade primária⁵⁶, e há uma maneira nos termos da qual todas <existem>, nem como

⁵¹ Barnes (1991), em sua resenha da edição W&M, afirma que οὐδ’ οὐ, a lição dos principais manuscritos, é inaceitável neste trecho, mas não tem ocasião de argumentar pela leitura. Honestamente, não consigo enxergar os problemas que ela coloca. Em todo caso, Simpson (2013) adota a lição de P, C e L.

⁵² Que, neste caso, são também razões boas, a saber, a própria doutrina que Aristóteles está apresentando, a partir da qual se vão realizando os atributos 1a–c indicados em 2 §1.

⁵³ PCL; W&M imprimem ἀδύνατον, seguindo Bonitz.

⁵⁴ PCL; μόνῃ <ή> πρώτη em W&M, que seguem a conjectura de Bekker.

⁵⁵ Reconheço que o sentido técnico de καθ’ ἓν é que mais se insinua neste contexto, especialmente em vista de 2 §9 1236a15. É ele, no entanto, que nos obriga a realizar a emenda de δυνατόν para ἀδύνατον. Além disso, se entendermos por λόγος o argumento que foi sendo apresentado desde o §2 (e se preservarmos δυνατόν), δέ pode ser interpretado como estabelecendo um contraste com o que é dito imediatamente antes no período anterior: “παράδοξα λέγειν ἀναγκαῖον”: por um lado, descrever a amizade apenas nos termos da amizade primária envolve afirmar absurdos; por outro, é possível, nos termos da doutrina de que as amizades são πρὸς ἓν, dizer que todas as amizades são amizades, em concordância com os fenômenos. Portanto, cumpre (λείπεται τοίνυν, “resta, então”; cf. 2 §1 1235b13 ληπτέος λοιπός (sc. λόγος)) reconhecer que as coisas se passam assim etc. Não vejo outra maneira de interpretar δέ no trecho. Cf. ἐνδεχομένην em *Ph.* III 2 202a3, citado acima, na nota 43.

⁵⁶ μόνῃ πρώτη φιλία, unanimemente modificado para μόνῃ <ή> πρώτη φιλία. Com o artigo, πρώτη precisa fazer parte do sintagma que ocupa posição de sujeito e μόνῃ estará em posição predicativa. Neste caso, podemos construir ou o sintagma <ή> πρώτη e entender φιλία como predicado: “apenas a primária é amizade”; ou tomar <ή> πρώτη φιλία e entender a predicação como existencial: “apenas a amizade primária

uns homônimos (ὁμώνυμοι, no masculino) e relacionadas umas com as outras de qualquer forma que seja, nem nos termos de algo uno (καθ' ἓν), mas antes por referência a algo uno (πρὸς ἓν).—1236b21–26.

Duas expressões evocam, quase que explicitamente, o §1: “resta, então” (λείπεται τοῖνον / ληπτέος δὴ λοιπός em 1235b13) e “há uma maneira...há uma maneira” (ἔστι μὲν ὧς...ἔστι δὲ ὧς / ἔστι ὧς... ἔστι δὲ ὧς em 1235b17–18). Aristóteles retoma aqui *ipsis litteris* a ideia de que ocorre manterem-se as contrariedades “sempre que há uma maneira pela qual o que se diz é verdadeiro, mas há uma maneira pela qual não”. Com essa retomada, Aristóteles encerra sua apresentação da sua doutrina do πρὸς ἓν das amizades. Ela permitiu realizar tudo o que fora anunciado no §1: (1a) restituíram-se, com ligeiras modificações, os δοκοῦντα elencadas no capítulo 1, e (3') ficou claro que as várias posições contrárias eram reputadas por bons motivos. (5') Todas as teses que compunham a contrariedade que foi examinada foram preservadas, e, nesse sentido, (5) ela também foi mantida. Também (1b) a aporia em que o argumento dos acadêmicos nos deixava foi dissolvida quando se mostrou que o argumento pelo qual todas suas opiniões eram afirmadas estava fundada em um erro.

5. Discussão; os §§2–8

Aristóteles nos está dando a ver como certas ideias sobre a amizade são capazes, *em conjunto*, de dissolver aporias, de preservar contrariedades e de tornar todas as posições sobre o assunto compreensíveis. Não há argumentos explícitos por cada uma das teses de tal doutrina, apenas a progressiva exibição de como ela realiza cada uma dessas coisas, elencadas todas elas no §1. Daí sua apresentação algo repentina no §9, 1236a15–18.

No excerto correspondente aos §§9–13, Aristóteles argumenta de modo a tornar claro por que os acadêmicos afirmam que não existem outras amizades (uma das opiniões absurdas que eles são obrigados a manter, outros exemplos sendo a tese de que os φαῦλοι

existe”. Nenhuma das alternativas é desejável, pois elas nos colocam em contradição com o que se diz em seguida: ἔστι ὧς πᾶσαι, “todas existem” ou “todas são amizades”, e a jogada que Aristóteles vem apresentando desde o §2 consiste justamente em reapresentar as várias teses de modo tal que suas contradições estejam dissolvidas. Por isso, prefiro manter o texto de P, C e L e construir μόνη φιλία <ἔστι> πρώτη, tomando “primária” como predicado e μόνη como atributo do sintagma indeterminado. Nessa posição, μόνη exerce uma função equivalente ao do nosso predicado verbo-nominal: “a amizade primária existe sozinha”, quer dizer, ela existe sozinha em sua qualidade de primária. É também possível tomar πρώτη como predicado verbo-nominal: “apenas uma amizade existe primária”, quer dizer, outras amizades existem, mas apenas uma existe “primariamente”. Uma tradução que abre mão da economia da fórmula original, mas que é mais simples é: “apenas uma amizade é primária” ou “há uma única amizade primária”.

Visto que entendi a cláusula como uma afirmação existencial, traduzo, para preservar o paralelismo do texto grego, ἔστι δὲ ὧς πᾶσαι como “todas <existem>”.

não são amigos e que amigos por prazer não são amigos). Nestes §§9–13, Aristóteles evidencia o erro que permite aos acadêmicos afirmar cada um desses absurdos: as teses que sustentam decorrem da aplicação de certo esquema argumentativo que pressupõe que os atributos apresentados pela amizade dos virtuosos sejam comuns. As teses de que as amizades não pertencem a um mesmo gênero e nem compõem uma mesma espécie torna impossível afirmar que existe entre elas um atributo essencial comum, o que barra a aplicação do argumento pelo qual os acadêmicos sustentam suas teses. Devemos nos fiar nessas teses, já que elas se coadunam aos fenômenos, que podem ser reapresentados por elas e, nesse sentido, explicados.⁵⁷

Embora a tese da não-sinonímia das amizades assegure que o argumento da congruência não possa ser aplicado, a estratégia de Aristóteles para o desarmar não consiste em simplesmente afirmá-la. Ele escolhe, no lugar disso, indicar o ponto exato em que está errada a posição que torna o argumento possível. É essa manobra que elimina a aporia em que a posição dos acadêmicos nos deixava, e ela é realizada mediante a ideia de primário. A tese central da doutrina de que as amizades são ditas *πρὸς ἕν* torna compreensível por que os acadêmicos erraram nas suas afirmações acerca da amizade. Em cumprimento das indicações fornecidas no §1, o conjunto de teses que, juntas, compõem a doutrina do *πρὸς ἕν* das amizades permitiu, sem deixar de concordar com os fenômenos, que se dissolvesse uma aporia, que ficasse claro que há motivos por que a posição dos acadêmicos é sustentada, que se dissolvesse uma contrariedade e que se restituísse a totalidade do que se pensa sobre o assunto.

O λόγος que é anunciado no §1 deve ser pensado como um conjunto de teses tal que permitirá compreender como pode ser o caso que tantas coisas aparentemente contraditórias sejam afirmadas acerca da amizade. A tradução de λόγος por “argumento”, neste caso, é inadequada, pois não se trata de argumentar por uma tese, mas de explicar cada uma das diversas coisas que se pensa sobre o assunto. “Explicação” seria uma possibilidade se se tratasse de explicar algo específico, e não o conjunto dos δοκοῦντα. Por outro lado, “explanação”, embora em desuso, captura bem a ideia de tornar compreensível algo que, em razão da sua complexidade, não pode ser inteligido.

⁵⁷ “Exibição” das várias opiniões sobre o assunto é a ideia de *EN VII 1 1145b4*, que confere alguma precisão à noção de ἀποδοῦναι, nem que seja pelo *infectum* (δεικ-) sob o qual é apresentada: trata-se de um processo acumulativo de exibição das coisas que se pensa sobre o assunto, cujas várias contradições são, pelo menos em sua maioria (δεῖ...δεικνύναι...πάντα..., εἰ δὲ μή, τὰ πλεῖστα καὶ κυριώτατα), como que canceladas pelas distinções que a posição de Aristóteles traz à baila. Para paralelos entre os dois passos gêmeos de *EE VII 2 1235b13–18* e *EN VIII 1145b3–7*, cf. Barnes (1980) p. 492–3.

“Explicar uma teoria” é mais apropriado do que “explicá-la”, pois uma explanação congrega muitas explicações (“explicar” também carrega uma ambiguidade feliz, pois pode significar, simplesmente, “expor”, e Aristóteles irá defender sua doutrina mediante certa exposição das várias coisas que se pensa sobre o assunto). Ela envolve tanto a apresentação de premissas (2 §2, 4, 9) como sua justificativa (§§9–23), a apresentação de problemas (§26) como sua resolução (§§27–34), e também a derivação de consequências (§34, 1237a30ss.).

Assim, o λόγος a que Aristóteles se refere no §1 é instanciado pela doutrina de que as amizades são ditas tais por referência à amizade dos virtuosos^[L1]. Suas teses, porém, não são as únicas a realizar os preceitos do §1: os §§2–8 também terão um papel a exercer nesse sentido. Nos §§2–3, Aristóteles soluciona a aporia composta pelas teses de que ou o bem ou o prazer deve ser tido pelo objeto de afeição (φιλούμενον).⁵⁸ Mediante a distinção entre “bem” (ἀγαθόν) e “bem que aparece como tal” (φαινόμενον ἀγαθόν),⁵⁹ Aristóteles mostra que o prazer também pode ser objeto de afeição: basta dizer que ele o é a título de φαινόμενον ἀγαθόν. Pode-se pensar que o resultado é apresentado com o fim de justificar a afirmação do §8 de que os bens vêm em três tipos. Acredito que esse não é o caso, como já tive oportunidade de indicar.⁶⁰ O que, entretanto, é verdade é que a aporia do §2 é um impedimento para o ponto de vista que Aristóteles defenderá a partir do §9, pois, se o objeto de afeição não puder ser tanto o prazer como o bem, não poderemos afirmar que há três tipos de amizades. Entendo que uma das funções dos §§2–3 é tirar essa dificuldade de cena e possibilitar o avanço da investigação.

A alternativa exclusiva e exaustiva entre as candidaturas do bem e do prazer não são impeditivas apenas das afirmações feitas no §9; elas impedem também que se chegue aos resultados visados pelas teses apresentadas nos §§4–7. Nesse trecho, Aristóteles procura defender duas teses: I) que se deve fazer uma distinção entre bem absoluto (ἀγαθὸν ἀπλῶς) e bem para alguém (ἀγαθόν τινι); II) que os objetos que são bens absolutos são os mesmos que são prazeres absolutos. Agora, no §24, quer dizer, depois da apresentação e desdobramento da ideia de que as amizades são ditas πρὸς ἑν, Aristóteles se apoia na tese II) na elaboração de um difícil argumento acerca das relações entre o amigo primário e o atributo de ser prazeroso. Não tenho intenção de analisá-lo, e

⁵⁸ A exclusividade das teses parece decorrer da distinção entre duas fontes de motivação, a ἐπιθυμία e a βούλησις, que—assim rezaria o argumento gerador do impasse—deveriam atuar separadas.

⁵⁹ Desejo, com a tradução desajeitada, afastar a ideia de falsidade associada a “aparente”.

⁶⁰ Na nota 29.

meu ponto consiste em observar que, fundado na tese II) (ἐπεὶ—2 §24 1236b26–27), ele conclui pela explicação de “algo que se pensa” sobre a amizade, um *δοκοῦν*, como se diz em 2 §1. Aristóteles diz: “<esta é a> razão pela qual o amigo, qualquer que seja seu tipo, é tido por (*δοκεῖ*) prazeroso”.⁶¹ Embora não constitua a apódose do argumento iniciado em “Visto que...”, a ideia de que o amigo primário é também prazeroso é algo que Aristóteles está ansioso por afirmar, já que a discussão que tem início no §25 e se estende até o §39 retoma, a partir de distinções mais aprofundadas, o problema do caráter prazeroso do amigo virtuoso. Meu ponto é que ela não poderia ter sido feita se Aristóteles não tivesse mostrado, nos §§2–3, que tanto bem como prazer podem ser objetos de afeição. A ideia, que, insistimos, constitui “algo que se pensa” sobre o assunto (2 §1 1235b13), é restituída por Aristóteles no §24 com o apoio de distinções feitas nos §§2–3.⁶²

Isso sugere que as indicações fornecidas no §1 do capítulo 2 se estendem para além da discussão dos §§9–23. E o ponto é ilustrativo para nós, pois mostra que certo fato comumente admitido acerca da amizade pode ser explicado sem a necessidade preliminar de solucionar uma aporia, como era o caso com a ideia de que os *φᾶῶλοι* não podem ser amigos. De todo modo, deve-se explicar as diversas coisas que se pensa sobre o assunto fornecendo os motivos pelos quais cada opinião é sustentada. Se houver uma aporia em jogo—e, portanto, um argumento que “o pensamento... não saiba como solucionar” (*EN* VII 3 1146a26–27), será preciso desarmá-la antes de se passar para a efetiva restituição das várias opiniões. Se não houver, elas poderão ser imediatamente reapresentadas nos termos da doutrina que está sendo proposta. Retomando aquele ponto (i) que ficara em aberto na página 24, pode-se dizer que a tarefa primária apresentada no §1 de *EE* VII 2 é o de restituir as diversas opiniões a respeito dos tópicos correlatos à amizade. Para tanto, pode ser necessário passar primeiro por dificuldades e solucioná-las, o que será feito se estiver claro que há razões para se sustentar cada uma das teses em torno da amizade (3’).

⁶¹ Διὸ δοκεῖ καὶ ὁ ὁπωσοῦν φίλος ἡδύς. O argumento de 1236b26–32 é de difícil interpretação. Felizmente, meus pontos dizem respeito apenas à premissa a que Aristóteles recorre para formulá-lo (ἐπεὶ na linha 26) e àquilo que, com base nele, pode ser afirmado (διὸ δοκεῖ...).

⁶² Sua afirmação também depende, naturalmente, de que se tenha distinguido três amizades e que se tenha afirmado que há uma amizade primária: ἐπεὶ... ὁ δ’ ἀληθινὸς φίλος καὶ ἀπλῶς ὁ πρῶτος ἐστίν...—1236b28. O argumento, qualquer que seja sua estrutura exata, é interessante pela maneira como aplica todo um conjunto de distinções postuladas por Aristóteles ao longo dos §§2–23.

Restituir as $\delta\kappa\omicron\upsilon\nu\tau\alpha$, todavia, constitui uma ação adicional e separada da de resolver aporias,⁶³ e, sendo assim, não estará referida pelo $\tau\omicron\upsilon\tau\omicron$ de 1235b15.⁶⁴

6. Considerações finais

As afirmações de Aristóteles sobre a amizade não parecem ser justificadas de uma maneira explícita por meio da apresentação de premissas e de argumentos que as fundamentem diretamente. Nalguns momentos, diversas teses são repentinamente apresentadas sob a promissória de realizar *desiderata* apresentados no §1. Noutros momentos, como nos §§2–3, as distinções exercem o papel que lhes cabe rapidamente, e são depois esquecidas. Em outros, ainda, apresenta-se teses que só serão utilizadas mais tarde.⁶⁵

As indicações de 2 §1 parecem, assim, determinar de maneira significativa a forma que a investigação de Aristóteles irá assumir no tratado eudêmio sobre a amizade. Resta saber se elas podem ser sistematizadas em regras de investigação, quer dizer, em regras metodológicas. Gostaria de indicar que minha posição é a de que elas não devem ser ditas princípios metodológicos, já que elas não podem ser interpretadas como procedimentos de qualquer espécie. Os termos utilizados por Aristóteles, “contrários que são reputados”, “aporia”, “contrariedade”, apresentam intersecções tais, e as relações entre esses termos é descrita em termos tão gerais que está preclusa qualquer interpretação que as entenda como procedimentos. Elas são, entretanto, dotadas de conteúdo, e apresentam, mesmo que de modo aberto ou determinável, características que deverão ser satisfeitas pelo $\lambda\omicron\gamma\omicron\varsigma$ a ser adotado. Além disso, ela fornece princípios que são capazes de determinar, senão a

⁶³ O que está aliás atestado pela lição $\tau\epsilon\ldots\kappa\alpha\iota$ de P para 1235b13–14.

⁶⁴ Isso me levaria a ler $\acute{\alpha}\mu\alpha$ em 1235b13 com 1a exclusivamente, mas a presença de $\tau\epsilon$ parece tornar isso difícil: ele estabelece a diferença de 1a relativamente ao grupo 1b e 1c ao mesmo tempo em que os apresenta como um conjunto. Sou assim levado a lê-lo não como “simultaneamente”—até porque não se pode reapresentar várias ideias simultaneamente—mas como “a um tempo”, a ideia sendo a de que o $\lambda\omicron\gamma\omicron\varsigma$ que deve ser admitido deve ser tal que, ao final de sua elaboração, 1a–c terá ocorrido.

⁶⁵ Os §§2–7 foram várias vezes reivindicados na tentativa de mostrar que a afirmação da doutrina da referência focal das amizades apresentadas no §9 está fundamentada nas distinções que Aristóteles traça nesses parágrafos (Berti *ibidem*, Leszl, *op. cit.*, pp. 394–5; mais recentemente, Ward (1995) reivindicou essa tese). Essa não é a intenção de Aristóteles no trecho, onde se trata de apresentar a distinção entre bem sem qualificação e bem para alguém, além da identidade entre prazer sem qualificação e prazer para alguém. Tivemos ocasião de falar sobre este ponto na nota 29 acima.

Não se deve entender o argumento da *EE* como falho ou lacunar. Embora se possa recorrer à *EN* por subsídios para a afirmação de que o útil é um bem (e.g. a 1096a26 e *EN* III 6), o ponto aqui é que é podemos entender o $\pi\rho\omicron\varsigma$ $\acute{\epsilon}\nu$ como regido pelos princípios do §1, e não é preciso buscar por sua fundamentação nos parágrafos que o antecederam.

elaboração, ao menos a escolha da doutrina adequada sobre determinado assunto.⁶⁶ Em primeiro lugar, o contexto aporético fornece a tarefa de solucionar impasses: trata-se de i. tomar teses de filósofos e fenômenos e ii. mostrar que esses itens exibem, na maneira como estão formulados, contradições entre si. Em um segundo momento, iii. reapresenta-se esses itens, desprovidos agora de contradição. Essa reapresentação será feita a partir de distinções que são pontos de partida da teoria que se quer defender, e tendem, no tratado sobre a amizade da *EE*, a aparecer em cláusulas iniciadas pela ideia de admitir (λαβεῖν—1235b25; ληπτέον—30; cf. 1235b13), mas não necessariamente (1236a15–18). Essas distinções permitem deixar claro por que cada um daqueles itens (em sua forma inicial e insuficientemente distinguida⁶⁷) é defendido, o que, no caso de opiniões muito estranhas (παράδοξα), se materializa na tarefa de iii—a explicar o erro que conduz a afirmá-la, fornecendo a causa desse erro (2 §11 1236a23–25).⁶⁸ No caso de posições que não nos comprometem com afirmações extravagantes, iii–b uma simples reapresentação nos termos da teoria bastará (2 §§14–23).

Em nome da clareza, reapresentamos esses resultados de maneira esquemática. A investigação de *EE* VII até 2 §23 pode ser resumida nos seguintes pontos:

- i. Tomar teses acerca do assunto em questão; algumas delas serão fenômenos, outras não;
- ii. Mostrar que, da maneira como estão formuladas, essas teses exibem contradições;

⁶⁶ Neste trecho, entendo por “método” um conjunto de regras de ação conducentes a certo objetivo. São regras, como se diz em programação, “procedurais”, quer dizer, que especificam as ações a serem realizadas em cada etapa possível daquilo que se deseja realizar. Elas pressupõem a delimitação precisa disso que se deseja alcançar, no caso, a persuasão acerca da doutrina correta sobre a amizade. Nesse sentido, a razão por que acredito que não se pode falar em “método” no caso da investigação sobre a amizade de Aristóteles é que não há nenhuma regra para se chegar às distinções que tornarão possível reapresentar as diversas opiniões sobre o assunto sem incorrer em contradições (noutras palavras, não é possível realizar o item iii. logo abaixo com recurso a regras, de qualquer espécie que sejam). Haveria, quero crer, inúmeras distinções capazes de satisfazer os princípios que regem a investigação de Aristóteles, como, por exemplo, a que distinguisse não três mas quatro, cinco ou seis amizades—mesmo que fictícias. É evidente que isso envolveria desrespeitar outros preceitos que Aristóteles leva em consideração em suas investigações, como o de se manter próximo—formulo isso de maneira deliberadamente vaga—àquilo que é manifesto acerca do assunto; no entanto, o meu ponto é que não parece haver, em Aristóteles, nada de determinado que permita chegar até o conjunto adequado de teses acerca do assunto que se investiga senão o tempo e o acúmulo de verdades acerca de determinado assunto (cf. *Met.* 993a30–b5), o que é avesso à ideia de procedimento e de condições necessárias e suficientes para a realização de um objetivo.

⁶⁷ Cf. Zillig (2017).

⁶⁸ Essa é a lição do primeiro tratado do prazer no terceiro livro comum, de que já extraí algumas lições: ἐπεὶ δ’ οὐ μόνον δεῖ τὰληθὲς εἰπεῖν ἀλλὰ καὶ τὸ αἴτιον τοῦ ψεύδους (τοῦτο γὰρ συμβάλλεται πρὸς τὴν πίστιν· ὅταν γὰρ εὐλογον φανῇ τὸ διὰ τί φαίνεται ἀληθὲς οὐκ ὄν ἀληθές, πιστεύειν ποιεῖ τῷ ἀληθεῖ μᾶλλον)—1154a22–25.

- iii. Reapresentá-las a partir de distinções adicionais que eliminam as contradições:
 - a. Seja porque essas distinções tiram de cena a posição adversária responsável pela contradição—neste caso, deve-se fornecer a causa do erro de quem a sustentou;
 - b. Seja porque essas distinções permitem que as teses sejam reapresentadas sem contradizer umas às outras.

Parte II—Exame de outras teses acerca da amizade.

Nesta seção, irei me ocupar com os demais conjuntos de teses contraditórias cujas soluções serão asseguradas pela doutrina da amizade apresentada por Aristóteles. Meu objetivo é corroborar a leitura desenvolvida no capítulo anterior, bem como dar ensejo à exibição de alguns pontos que julgo importantes para o tema do método da investigação aristotélica.

Trata-se de dois novos impasses. O primeiro deles foi apresentado no capítulo primeiro do tratado e representa a posição de certos “naturalistas” sobre a amizade (*EE* VII I §§1–11). Suas teses são lá deixadas de lado em nome do tratamento de problemas “mais próximos e afeitos” ao assunto (§12 1235a31). A esses pertence um segundo impasse, que iremos também estudar, relativo às condições necessárias à conquista de uma verdadeira amizade. Entrarei no mérito de cada um deles nas próximas seções.

Irei seguir o mesmo método esboçado no capítulo anterior, qual seja, o de apresentar o que me parecem ser as teses postas em contradição por Aristóteles; mostrar como ele argumenta com o fim de afirmar que essas teses não são contraditórias; e ponderar se esse procedimento se coaduna ou não com os princípios apresentados na página 34.

1. As teses “demasiado gerais” dos naturalistas acerca da amizade

1.1. *Texto Grego com minhas modificações*

ὅτι μὲν οὖν πλείονες τρόποι φιλίας, καὶ πόσοι τρόποι, ὅτι

τρῆις, καὶ ὅτι τὸ φιλεῖσθαι καὶ ἀντιφιλεῖσθαι καὶ οἱ φί-

1239b.5

λοι διαφέρουσιν, οἳ τε κατ' ἰσότητα καὶ οἱ καθ' ὑπεροχὴν,

εἴρηται· ἐπεὶ δὲ τὸ φίλον λέγεται καὶ καθόλου μᾶλλον, ὥς-

περ καὶ κατ' ἀρχὰς ἐλέχθη, ὑπὸ τῶν ἔξωθεν συμπαραλαμ-
βανόντων (οἱ μὲν γὰρ τὸ ὅμοιον φασιν εἶναι φίλον, οἱ δὲ
τὸ ἐναντίον), λεκτέον καὶ περὶ τούτων πῶς εἰσι πρὸς τὰς
1239b.10

εἰρημένως φιλίας. ἀνάγεται δὲ τὸ μὲν ὅμοιον καὶ εἰς τὸ
ἡδὺ καὶ εἰς τὸ ἀγαθόν. τό τε γὰρ ἀγαθὸν ἀπλοῦν, τὸ δὲ
κακὸν πολύμορφον· καὶ ὁ ἀγαθὸς μὲν ὅμοιος ἀεὶ καὶ οὐ
μεταβάλλεται τὸ ἦθος, ὁ δὲ φαῦλος καὶ ὁ ἄφρων οὐθὲν
ἔοικεν ἔωθεν καὶ ἐσπέρας. διὸ ἐὰν μὴ συμβάλλωσιν οἱ
1239b.15

φαῦλοι, οὐ φίλοι ἑαυτοῖς, ἀλλὰ διίστανται· ἢ δ' οὐ βέβαιος
φιλία οὐ φιλία. ὥστε οὕτως μὲν τὸ ὅμοιον φίλον, ὅτι <τὸ> ἀγα-
θὸν ὅμοιον. ἔστι δὲ ὡς καὶ κατὰ τὸ ἡδύ· τοῖς γὰρ ὁμοίοις
ταῦθ' ἡδέα, καὶ ἕκαστον δὲ φύσει αὐτὸ αὐτῷ ἡδύ. διὸ
καὶ φωναὶ καὶ αἱ ἔξεις καὶ συνημερεύσεις τοῖς ὁμογενέσιν
1239b.20

ἥδιστα ἀλλήλοις, καὶ τοῖς ἄλλοις ζώοις· καὶ ταύτη ἐνδέ-
χεται καὶ τοὺς φαύλους ἀλλήλους φιλεῖν.

κακὸς κακῷ δὲ συντέτηκεν ἡδονῇ.

[parágrafo]

τὸ δ' ἐναντίον τῷ ἐναντίῳ φίλον ὡς τὸ χρήσιμον· αὐτὸ
γὰρ αὐτῷ τὸ ὅμοιον ἄχρηστον. διὸ δεσπότης δούλου δεῖται
1239b.25

καὶ δοῦλος δεσπότης, καὶ γυνὴ καὶ ἀνὴρ ἀλλήλων. καὶ ἡδὺ

καὶ ἐπιθυμητὸν τὸ ἐναντίον ὡς χρήσιμον, καὶ οὐχ ὡς ἐν
τέλει ἀλλ' ὡς πρὸς τὸ τέλος. ὅταν γὰρ τύχη οὗ ἐπιθυμεῖ,
ἐν τῷ τέλει μὲν ἐστίν, οὐκ ὁρέγεται δὲ τοῦ ἐναντίου, οἷον τὸ
θερμὸν τοῦ ψυχροῦ καὶ τὸ ξηρὸν τοῦ ὑγροῦ.

[parágrafo] ἔστι δέ πως καὶ

1239b.30

ἢ τοῦ ἐναντίου φιλία τοῦ ἀγαθοῦ. ὁρέγεται γὰρ ἀλλήλων διὰ
τὸ μέσον· ὡς σύμβολα γὰρ ὁρέγεται ἀλλήλων διὰ τὸ οὕτω
γίνεσθαι ἐξ ἀμφοῖν ἐν μέσον. ἔτι κατὰ συμβεβηκὸς ἐστι
τοῦ ἐναντίου, καθ' αὐτὸ δὲ τῆς μεσότητος. ὁρέγονται γὰρ οὐκ
ἀλλήλων τἀναντία, ἀλλὰ τοῦ μέσου. ὑπερψυχθέντες γάρ,

1239b.35

ἐὰν θερμανθῶσιν, εἰς τὸ μέσον καθίστανται, καὶ ὑπερθερ-
μανθέντες, ἐὰν ψυχθῶσιν· ὁμοίως δὲ καὶ ἐπὶ τῶν ἄλλων.
εἰ δὲ μή, αἰεὶ ἐν ἐπιθυμίᾳ, οὐκ ἐν τοῖς μέσοις. ἀλλὰ χαί-
ρει ὁ ἐν τῷ μέσῳ ἄνευ ἐπιθυμίας τοῖς φύσει ἡδέεσιν, οἷ
δὲ πᾶσι τοῖς ἐξιστάσι τῆς φύσει ἔξεως. τοῦτο μὲν οὖν

1239b.40

τὸ εἶδος καὶ ἐπὶ τῶν ἀψύχων ἐστίν· τὸ φιλεῖν δὲ γίνεται,

1240a.1

ὅταν ᾗ ἐπὶ τῶν ἐμψύχων. διὸ ἐνίοτε ἀνομοίοις χαίρουσιν,
οἷον αὐστηροὶ εὐτραπέλοις καὶ ὀξεῖς ῥαθύμοις. εἰς τὸ μέσον
γὰρ καθίστανται ὑπ' ἀλλήλων. κατὰ συμβεβηκὸς οὖν, ὥς-
περ ἐλέχθη, τὰ ἐναντία φίλα, καὶ διὰ τὸ ἀγαθόν.

1.2.Tradução

Fica, assim, mostrado (i) que são várias as formas da amizade, (ii) quantas são essas formas—três—e (iii) que os amigos são diferentes no tocante ao amar e à retribuição de amor: para uns, isso se dá nos termos da igualdade e, para outros, nos termos do excesso. Uma vez que, no entanto, conforme mencionado no começo, o termo “objeto de amizade” é também tomado em uma acepção mais geral por pessoas que o tomam a partir de coisas que são alheias ao assunto—com efeito, afirmam uns que o similar é o objeto de afeição, outros, o contrário—é preciso falar também delas e de suas relações com as amizades que delimitamos.

O similar se refere tanto ao prazeroso quanto ao bom. Com efeito, o bom é único, ao passo que o mau apresenta muitas formas; o bom é, sempre, similar <a si mesmo>, e não sofre modificações de caráter, enquanto que o indivíduo moralmente inferior e o sujeito desajuizado não se assemelham em nada <a si mesmos> ao início e ao final do dia. Eis a razão por que esses não permanecem amigos, mas antes se afastam sempre que não mudam juntos. No entanto, a amizade que não é estável não é amizade, de modo que o similar pode ser dito objeto de amizade desta forma, na medida em que o bom é similar. Entretanto, há um sentido <no qual o similar é objeto de afeição> também segundo o prazer; com efeito, as mesmas coisas são prazerosas para pessoas similares, ao mesmo tempo em que cada qual, por natureza, é prazeroso a si próprio. (Essa é a razão por que voz, estado e convívio são coisas das mais prazerosas para os membros de uma família.) Em todo caso, é possível, dessa última forma, que os indivíduos moralmente inferiores se amem uns aos outros: “soldou-se, à base de prazer, o mau ao mau.”

O contrário, por sua vez, é objeto de afeição no sentido em que o útil o é; de fato, o similar é inútil a si próprio, razão pela qual o mestre necessita do escravo, bem como o escravo do mestre, e a mulher e o homem, um do outro. E o contrário é prazeroso e instiga o apetite na medida em que é útil e não, bem entendido, na medida em que se encontra na meta, mas, antes, na medida em que está voltado para a meta. De fato, uma vez que tenha encontrado aquilo que desejava, encontra-se a pessoa em sua meta, sem, porém, aspirar pelo contrário, como ocorre de o quente <desejar> o frio e o seco, o úmido.

No entanto, a amizade do contrário, de certa forma, é do indivíduo bom; pois o desejo de um pelo outro tem lugar por conta do meio-termo. De fato, é a título de

*symbola*⁶⁹ que desejam um ao outro, já que, assim, deles dois, advém um meio termo. E outro ponto é que a afeição pelo contrário tem lugar por acidente: em si mesma, ela é da mediandade. Com efeito, os contrários não desejam um ao outro, mas o meio termo: resfriados, vão sendo dispostos no meio termo sempre que se esquentam e, esquentados, <vão sendo dispostos no meio termo> sempre que se resfriam. O mesmo ocorre nos demais casos e, se não, <pode-se dizer que o sujeito> está sempre em estado de apetite e que não está no meio-termo. Porém, aquele que se encontra no meio-termo se regozija, sem que seu apetite tenha sido instigado, nas coisas prazerosas por natureza; os demais, nos desajustados relativamente ao estado de natureza. E as coisas se passam assim também no caso dos seres inanimados; a afeição, porém, tem lugar quando se trata de seres animados. Razão pela qual por vezes se regozijam em quem não é semelhante (por exemplo, sujeitos sérios <se regozijarem> com indivíduos brincalhões, e indivíduos muito ativos, com preguiçosos); com efeito, eles vão sendo dispostos em direção ao meio-termo um pelo outro. Por acidente, pois, como dissemos, são os contrários amigos, e por conta do bem.

1.3.Estrutura do Capítulo

Aristóteles retoma os resultados de sua investigação até o momento.⁷⁰ Tendo fornecido a explicação de diversos fenômenos ligados ao tema da amizade, ele sugere examinar duas noções—o contrário e o similar—em suas relações à ideia de amizade. Essa mudança de tópico, *prima facie*, dá continuidade à estratégia de Aristóteles em seu sentido mais geral, pois se trata de tornar clara a razão por que as duas noções são associadas à ideia de amizade.

Trata-se, assim, de investigar as relações entre, por um lado, o contrário e o similar e, de outro, as três formas de amizades. Sob determinadas qualificações, contrário e similar poderão ser ditos objetos de afeição e, nesse capítulo quinto, Aristóteles mostra que qualificações são essas e por que elas são razoáveis.

⁶⁹ Não encontrei uma tradução adequada para o termo, tendo-me ocorrido, de todo modo, as ideias de contrato, selo e garantia.

⁷⁰ Eis os resultados, bem como o lugar onde são apresentados pela primeira vez:

- (i) Há três tipos de amizade (1236a15–16);
- (ii) Há diferença entre, de um lado, apresentar afeição e ser objeto de afeição e, de outro, ser amigo (1239a4–5);
- (iii) Essa diferença está ligada ao fato de que a afeição pode ter lugar seja nos termos da igualdade, seja nos termos do excesso (ibidem; cf. cap. III do tratado).

1.4. Sobre as opiniões aparentemente contraditórias dos naturalistas

Tentamos mostrar que a argumentação de Aristóteles nas primeiras etapas da investigação eudêmia sobre a amizade está fundamentada em premissas e distinções que se justificam por eximir de contradições certo conjunto de proposições difundidas envolvendo a noção de amizade. Aristóteles apresenta uma doutrina rival a de antecessores seus, e ela se justifica pela maneira como faz justiça àquilo que se pensa sobre a amizade. Além disso, sua teoria é capaz de explicar a razão por que indivíduos inteligentes foram levados a afirmar teses absurdas acerca da amizade, no que se desatam impasses associados ao assunto.

No capítulo quinto do tratado eudêmio sobre a amizade, Aristóteles reapresenta um impasse que fora deixado de lado quando do primeiro momento do tratamento do assunto: ou bem (i) o objeto de afeição (φίλον) é o contrário e o similar é o objeto de repulsa (πολέμιον) ou (ii), o oposto dessa tese, o objeto de afeição é o similar e o objeto de repulsa é o contrário.⁷¹ Tendo apresentado as principais teses de sua doutrina e mostrado como elas permitem explicar diversas afirmações sobre a amizade e jogar luz sobre fatos corriqueiros ligados ao tema, Aristóteles examina opiniões “demasiado gerais” (λίαν καθόλου—I §12 1235a30) a respeito da amizade.

O impasse com o qual Aristóteles terá de lidar foi apresentado no capítulo primeiro do tratado. Ao retomar as opiniões dos naturalistas acerca da amizade, ele diz:

Tamanho é a distância entre essas concepções: umas [afirmam] que o similar é o objeto de amizade e o contrário o objeto de repulsa [...] Outros, que os contrários são objetos de afeição.—I 10-11 1235a20-25.

Podemos resumir o impasse em uma disjunção composta pelas seguintes proposições:

- I. Apenas o similar é objeto de amizade;

⁷¹ Por que as opiniões dos naturalistas são deixadas de lado em nome do exame dos fatos “mais próximos” à amizade? Vimos que Aristóteles procura corroborar sua doutrina das três amizades mostrando que ela permite afirmar tudo o que se diz a respeito do assunto sem contradição. Isso envolve tomar em consideração toda a variedade de fenômenos e de crenças associadas ao assunto em questão. Por sua parte, os naturalistas, na caracterização de Aristóteles, deixam de levar em consideração as particularidades das diversas situações a serem explicadas mediante sua subsunção a um mesmo princípio explicativo: por que o cachorro escolheu repousar sobre um pedaço de telha (ou sobre o telhado—ή κεραμίς, 1235a12–13)? Por que, teria respondido Empédocles, eles são similares, já que isto—uma atração, φιλία, entre o cão e a telha—implica a semelhança dessas duas entidades. A semelhança é de saída tomada como condição necessária de toda e qualquer situação que possa ser lida como envolvendo φιλία, o que preclui a elaboração de uma explicação cujo mote seja conciliar fenômenos e crenças à primeira vista incompatíveis entre si.

II. Apenas o contrário é objeto de amizade;⁷²

A estratégia que Aristóteles irá utilizar para solucionar esse impasse consiste em, digamos assim, distribuir as três amizades entre o contrário e o similar—ele irá mostrar a qual ou a quais das três amizades cada uma dessas qualidades pode ser associada, apontando, em cada caso, as qualificações necessárias para tanto. Pode-se ver, de saída, que essa estratégia consubstancia os princípios que estudamos, de mostrar que tudo aquilo que se pensa acerca da amizade é, sob determinadas qualificações, verdadeiro. Examinemos em detalhe a argumentação do texto de 1239b3-40a5.

No que diz respeito ao similar, pode-se associar a noção I. à amizade dos bons e II. à amizade pelo prazer. Quanto ao primeiro, o argumento de Aristóteles parece ser este:

P1—As pessoas se dividem entre bons e não-bons;⁷³

P2—Há apenas uma forma de ser bom (1239b11);⁷⁴

P3—Há inúmeras formas (ἤθλοι) de ser não-bom (1239b12);

P4—Os bons não sofrem modificações em seu ἦθος (1239b12–13);

P5—Os não-bons passam por frequentes modificações em seu ἦθος (1239b13–14);

P6 (oculta)—Para serem amigos, é condição necessária dois indivíduos apresentem o mesmo ἦθος, i.e., que sejam similares;

P7—se algo é uma autêntica amizade (φιλία), então ele é duradouro (1239b15–16);

C1^{P2+P4+P6} (não-expressa)—necessariamente, se dois indivíduos forem bons e satisfizerem as demais condições para a constituição de uma amizade,⁷⁵ eles se tornarão amigos;

⁷² Aristóteles não diz que “*apenas* o contrário” ou “*apenas* o similar” são objetos de afeição, mas o contexto aporético deixa claro que as teses são apresentadas como exclusivas. Todo seu esforço consistirá, como na contradição que examinamos no capítulo anterior, em mostrar que elas são compatíveis.

⁷³ Entendo ser isso o que Aristóteles deseja expressar com os dois contrastes τό τε...τό δε, em 1239b11 e ὁ ἀγαθὸς μὲν...ὁ δὲ φαῦλος καὶ ὁ ἄφρων logo abaixo, em 1239b12–13.

⁷⁴ O referente aqui é o ἦθος do virtuoso.

⁷⁵ Refiro-me ao longo convívio e a preservação de relativa horizontalidade entre suas posições sociais, cf. 1237b12ss e *EN* IX III, 1164b36ss.

C2^{C1+P7} (não-expressa)—se dois indivíduos bons se tornam amigos, emerge daí uma autêntica amizade, i.e., duradoura;

C3^{P3+P5+P6+P7}—os não-bons podem se tornar amigos, mas não apresentam autêntica amizade;

C4^{P1+C2+C3} (não-expressa)—apenas os bons apresentam autêntica amizade;

C5^{C4+P6}—se se quer referir com “similar” a similaridade de costumes que os bons apresentam entre si e o fato de que esse estado-de-coisas persevera no tempo—em razão de o indivíduo bom permanecer similar também a si próprio—, então se pode dizer que o similar, i.e., o bom, é o objeto de afeição, τὸ φίλον.

Tal o argumento de Aristóteles para mostrar, a partir da distinção entre três amizades e de algumas características suas, que as ideias da similaridade e de certo tipo de amizade, a dos bons, estão associadas. A seguir, ele apresenta as razões que permitem afirmar que a amizade pelo prazer, ela também, pode ser associada à ideia de similaridade; trata-se de mostrar, mais precisamente, por que se pode dizer que o similar é o objeto de amizade nos termos do prazer. O argumento de Aristóteles parte de um ponto de vista distinto do do anterior, e parece ser o seguinte:

P1—pessoas que se parecem (τοῖς ὁμοίοις) têm prazer nas mesmas coisas (1239b17–18);

P2—ter prazer nas mesmas coisas é suficiente para que possa ter lugar o ato de afeição (φιλεῖν) (1239b20–21);

P3—pessoas não-boas podem ser parecidas (oculta; pressuposta em 1239b14–15, no argumento anterior);

C1^{P1+P2+P3}—pessoas não-boas podem gostar uma da outra (φιλεῖν).

O contraste entre P2 deste argumento e P7 do anterior mostra que Aristóteles parte de pontos de vista desiguais na apresentação de justificativas para as associações entre a ideia de similar, de uma parte, e das amizades do prazer e dos virtuosos, de outra. Entretanto, esses pontos de vista não são incompatíveis: P2 é, implicitamente, admitida no primeiro argumento, pois Aristóteles, que admite que a amizade dos não-bons está baseada em prazeres em comum, endossa também a ideia de que, se os não-bons são amigos um do outro, é porque passam *juntos*—i.e., ao mesmo tempo e em um mesmo

sentido—por modificações de caráter.⁷⁶ Aquela sétima premissa, por sua vez, é compatível com tudo o que se afirma neste segundo argumento, visto que, lá, fala-se em *φιλία* e, aqui, em *φιλεῖν*. A ausência de contradição entre os dois argumentos é o que se espera da estratégia de fazer ver em que sentidos tudo o que se pensa acerca da amizade é correto.⁷⁷

Passo agora para a noção de contrário. Consoante a estratégia de distribuir os tipos de amizades entre as noções de contrário e de similar, Aristóteles dá início ao tratamento da primeira ideia dizendo que “o contrário é, para seu contrário, objeto de afeição como o útil <o é>.”⁷⁸ O argumento, aqui, em V, §5, parece ser o seguinte:

P1 (não-expressa)—cada amizade está associada ou ao similar ou ao contrário, mas nunca a ambos;

P2 (não-expressa)—se o contrário de algum dos elementos centrais das três amizades—bem, prazer e utilidade—estiver associado a uma das duas noções do similar e do contrário, então seu contrário estará associado à outra;

⁷⁶ Trata-se da proposição inversa e equivalente à de 1239b14-15—...ἐὰν μὴ συμμεταβάλλσιν οἱ φαῦλοι, οὐ φίλοι ἑαυτοῖς, ἀλλὰ δίστανται.

⁷⁷ Nesses termos, a leitura que apresento parece forte demais, pois pareceria incompatível com o fato de que a posição de que apenas os bons são amigos, endossada pelos platônicos, é dita “fazer violências aos fenômenos”. Há aqui dois pontos: primeiro, aquilo sobre o que se joga luz no começo da investigação e que é tornado compreensível é o raciocínio dos platônicos, e não o conteúdo da proposição que afirmam; segundo, mesmo esse conteúdo poderá, sob a condição de maior elaboração teórica, ser afirmado a título de algo que possa ser admitido.

Por que motivo os platônicos foram levados a afirmar que apenas os bons são amigos? Por conta do erro lógico de derivar da afirmação da proposição *x é universal* IMPLICA *x é primário* sua conversa. Esse erro é perfeitamente compreensível e, creio ser possível dizê-lo, incrustado no uso mesmo da linguagem. Ele está baseado em uma confusão entre implicação e equivalência de ideias. Um caso muito comum hoje em dia é o de injunções ligadas à saúde e bem-estar, como quando se diz, “fazendo exercícios físicos, o indivíduo se sente melhor”; a ilação “se não se faz qualquer exercício, o indivíduo não se sente melhor” se faz sentir e é, evidentemente, falsa, pois deixa de considerar a possibilidade de se encontrar outras formas de melhorar a qualidade de vida e, conseqüentemente, o bem-estar. A derivação ela mesma dos platônicos—sua ilação—, é perfeitamente compreensível, o que não torna menos absurda sua ideia de que apenas os bons são amigos, a qual, como o próprio Aristóteles diz várias vezes no momento inicial de sua investigação, contraria tudo o que é manifesto sobre a amizade (o recurso a princípios falsos dá ensejo a uma potencialização do erro e à afirmação de ideias a cada vez mais disparatadas, cf., e.g., EN 1098b6–7). Não obstante essa argumentação, um segundo ponto é que Aristóteles poderá ele também (pelo menos segundo uma longa tradição recentemente contestada, cf. Cooper 1977a, Fortenbaugh 1975 e Walker 1979 para a EN e, mais recentemente, Rowe 2012 para a EE), afirmar que, em sua acepção mais forte, é amizade apenas a amizade dos bons (cf. a discussão sobre εὖνοια em EE VII, 7, em particular 1241a12–13). Isso, no entanto, só é possível em um momento avançado da investigação, em que afirmações desse tipo podem ser apoiadas em princípios de comprovada fecundidade (a de que existe uma amizade “eminente”, 1236a15–18) e conclusões legítimas (a de que ela pode ser identificada à amizade dos virtuosos—1236b2–6—, ideia retomada e rematada na discussão sobre εὖνοια em no capítulo sétimo de EE VII).

⁷⁸ Τὸ δ’ ἐναντίον τῷ ἐναντίῳ φίλον ὡς τὸ χρήσιμον.—1239b23 (Walzer & Mingay, seguindo Robinson, não imprimem τὸ²).

P3—o inútil está associado ao similar (1239b23–24);

C1^{P1+P2+P3}—o útil está associado ao contrário (1239b23).

As duas primeiras premissas não são imediatas e requereriam argumentação, que não é apresentada. Aristóteles avança rapidamente, e apresenta um argumento para mostrar por que (i) o prazer e (ii) o bem em si não estão representados em entidades contrárias (noutras palavras, não se pode dizer que algo que é contrário seja, em sentido próprio, bom ou prazeroso). Pode-se supor que Aristóteles está tentando corroborar P1. Como quer que seja, passo a limpo os argumentos por (i) e por (ii) para mostrar que a estratégia do filósofo segue sendo a de mostrar que há pontos de vista que permitem afirmar as teses I e II simultaneamente, o que permitirá dizer que os pontos de vista representados por elas não são contraditórios.

Quanto à (i), a ideia de que o contrário não é prazeroso em sentido próprio, temos que:

P1—o contrário é prazeroso por que é útil (1239b25–26);⁷⁹

P2—o que é útil não corresponde ao fim de uma ação, mas a um meio a ele conducente, e vice-versa (1239b26–27⁸⁰);

P3 (não-expressa)—algo só é prazeroso em si mesmo se o for enquanto fim; se não, ele é prazeroso enquanto meio;

C1^{P1+P2+P3}—o contrário é prazeroso enquanto útil (1239b25–27).

Ou seja, afirmar que a amizade, digamos assim, do contrário é a amizade do prazer é suprimir a diferença entre prazer e utilidade.⁸¹ Passo a (ii); a tese a ser provada é que a

⁷⁹ No decurso do argumento, Aristóteles fala em ὁρεξις e no ato de ἐπιθυμεῖν, de sentir apetite. No entanto, dado que ἐπιθυμητόν é apresentado sob um καί epexegetico na linha 26, entendo que o argumento que vai até a linha 29 diz respeito às coisas dotadas da qualidade de prazerosas. Além disso, o fato de que o argumento seguinte, que começa na linha 29, diz respeito ao contrário enquanto objeto de afeição é sugestivo de que Aristóteles ainda persegue a estratégia reducionista de fazer ver em que sentidos cada tipo de amizade—e cada objeto de afeição—podem ser associados ao similar e ao contrário. Sua posição é a de que o contrário pode ser dito objeto de afeição secundariamente, i.e., por acidente, se entendido seja como algo bom, seja como algo prazeroso.

⁸⁰ Entendendo καί, na linha 26, como explicativo de o que significa algo ser útil.

⁸¹ Neste ponto, pode-se perguntar: o prazer dos φαῦλοι não deveria, ele também, ser reduzido a prazer pelo meio a partir da distinção entre útil e meta? Afinal, pareceria que os prazeres deveriam ser exclusiva e exaustivamente classificados em prazer pela meta, ou prazer pelo meio; e sabemos que existe apenas um prazer pela meta, o dos bons, que encontram prazer no que é bom. Acredito que a resposta de Aristóteles esteja em *EN* 1166a11, onde afirma que os φαῦλοι encontram prazer em si mesmos “na medida mesma em que creem ser tais (*sc.* bons)”. À distinção entre prazer pelo que é meta e prazer pelo que é fim,

afeição pelo contrário é afeição pelo que é bom apenas de maneira secundária (πῶς) e não em si mesma.

P1 (não-expressa)—desejo (ὄρεξις) é condição necessária à afeição (φιλία);

P2—algo que é conducente ao meio-termo é objeto de desejo por acidente (1239b31–34);

P3—o contrário é conducente ao meio-termo (1239b41–42; 40a1–3);

C1^{P2+P3}—o contrário é objeto de desejo por acidente (1240a1–2);

C2^{C1+P1}—contrários satisfazem a condição expressa em P1 por acidente (1240a3–4).

Com esse argumento, Aristóteles está em posição de afirmar que cada amizade se associa a uma, e apenas uma, das qualidades do contrário e do similar; de onde resulta que o termo “amizade” (ou “afeição”) pode ser ligado a eles dois, sob a condição, porém, de referir, em cada caso, ideias distintas.

1.4.1. Discussão

Retomo os três pontos que apresentei na página 34 a título de resumo dos princípios que orientam Aristóteles na realização das metas que enumera no §1 de *EE VII*. I. Quando se retomam as proposições acerca das relações entre contrário e similar, por um lado, e amizade, de outro:

- i. Toma-se teses acerca do assunto em questão, a amizade;
- ii. Remete-se à ideia de que essas teses parecem ser contraditórias;
- iii. Reinterpreta-se essas teses a partir de um novo recorte da realidade, i.e., fazendo com que o termo “amizade” refira coisas distintas em cada uma das teses em questão—distinções suplementares permitem eliminar as contradições.

Assim, sustento que existe confluência entre os dois momentos examinados da investigação eudêmica de Aristóteles sobre a amizade. A bem dizer, entendo que o segundo momento que acabamos de estudar configura uma aplicação ainda mais estrita daqueles princípios, pois tem lugar uma sua plena aplicação em um trecho perfeitamente bem

acrescenta-se aquela entre parecer e efetivamente ser tal. O prazer que o φαῦλος encontra em si é o que alguém encontra no que acredita, erradamente, ser fim.

delimitado de texto (equivalente ao capítulo V das edições modernas). Com efeito, quando Aristóteles anuncia que irá retomar as teses dos naturalistas e dirimir suas contradições no tocante à amizade, ele começa pelo resumo dos pontos mais importantes apresentados até o momento, abrindo, assim, o novo capítulo do tratado; e, ao final, dissolvido o impasse entre as posições dos naturalistas, um resumo similar é apresentado. Aliado ao fato de que ele parece seguir um princípio bem definido na elucidação das opiniões dos naturalistas—a distribuição das três amizades entre ideias de contrário e de similar—, resulta que a discussão pode ser vista como uma aplicação rigorosa da ideia de reinterpretar teses a partir de uma reorganização do regime de referenciação de determinado termo, ainda outra maneira de enunciar o princípio iii acima.

2. Sobre a posse de uma verdadeira amizade

O segundo impasse, apresentado por Aristóteles, que desejo retomar diz respeito ao problema de conhecer as circunstâncias sob as quais se pode dizer que é adquirida uma verdadeira amizade. No capítulo primeiro, §§16–17 1235b6–12, Aristóteles diz:

Além disso, uns pensam que é fácil conquistar amigos, outros, que é raríssimo conhecer <de verdade alguém>⁸² e <que isso> não é possível senão em uma situação de adversidade⁸³ (de fato, todos querem dar a entender que são amigos de quem está gozando de boa sorte). Outros, ainda, não hão por bem confiar nem mesmo naqueles que, na adversidade, permanecem juntos: eles estariam tentando fingir e enganar a fim de obter a amizade dos que estavam em adversidade mediante o convívio que lhes dedicaram e uma vez restituída sua boa sorte.⁸⁴

É necessário que um amigo o seja não por conta de benefícios que espere obter de uma amizade. Em uma situação de adversidade, a pessoa que permanece próxima se revelaria, para alguns, despojada de interesses que não o de verdadeiramente socorrer o amigo em situação difícil. Para outros, mesmo em casos desse tipo pode se dar que o elemento que motiva alguém a socorrer uma pessoa em adversidade seja uma forma de interesse próprio. A questão, assim, parece ser a de quando se pode estar certo de que o

⁸² Aqui o ponto pode ser: conhecer alguém é condição necessária para se falar em amizade, e conhecer alguém é muito difícil; ou, então, “conhecer” está sendo usado para referir a satisfação de todas as condições necessárias para que tenha tido lugar o estabelecimento de uma amizade. Acredito que essa segunda seja a interpretação correta.

⁸³ Sigo Walzer&Mingay na adoção da conjectura ἀτυχίας, “dificuldades” ou, conforme escolhi, “situação de adversidade” (os manuscritos apresentam εὐτυχίας—“sorte”).

⁸⁴ ἔτι δοκεῖ τοῖς μὲν ῥᾶδιον τὸ κτήσασθαι φίλον· τοῖς δὲ σπανιώτατον γινῶναι, καὶ οὐκ ἐνδέχεσθαι ἄνευ ἀτυχίας (τοῖς γὰρ εὖ πράττουσι βούλονται πάντες δοκεῖν φίλοι εἶναι)· οἱ δ' οὐδὲ τοῖς συνδιαμένουσιν ἐν ταῖς ἀτυχίαις ἀξιοῦσι πιστεύειν, ὥς ἐξαπατῶντας καὶ προσποιουμένους, ἵνακτῇσονται διὰ τῆς τῶν ἀτυχούντων ὁμιλίας πάλιν εὐτυχούντων φίλιαν.

comportamento amigável de alguém não está determinado por considerações utilitárias. Teríamos, nesse caso, o seguinte conjunto de teses:

- I. É fácil fazer amigos;
- II. É difícil, porém possível, fazer amigos. Um teste suficiente é que alguém se faça presente quando o amigo estiver passando por uma situação de adversidade;
- III. É impossível fazer amigos. Nem mesmo o socorro em situação de adversidade é suficiente para garantir uma amizade.

Claramente, essas teses são excludentes. O impasse que elas representam, no entanto, não parece ser dissolvido da mesma maneira que o anterior, i.e., mediante a (i) retomada do conjunto de teses que o compõem e (ii) sua resolução, digamos, sistemática, pela aplicação do *quasi* princípio de distribuir as três amizades a cada uma delas. No lugar disso, as considerações de Aristóteles acerca de pontos correlatos a essas teses se encontram espalhados pelo livro sétimo. Ao fim e ao cabo, resultará que:

- a) Aristóteles endossa as teses I e III, mas não explicitamente;
- b) Ele endossa a tese II explicitamente.

Começo pelo segundo ponto. No §50 do capítulo segundo, ele diz:

Está claro que o que se diz, que a amizade pertence às coisas duradouras, está correto, como também que a bem-aventurança é <da ordem das coisas que> se bastam a si mesmas [...]; e, além disso, que o tempo dá a ver o que é, verdadeiramente, o objeto de afeição <para alguém>, e as situações de adversidade em grau maior do que a boa sorte (nesses casos, com efeito, vem à tona até que ponto “são comuns as coisas dos amigos”—estes são os únicos que escolhem antes a pessoa do que a realização ou a não realização do bom e do ruim por natureza—aquilo em torno que se constituem a boa sorte e a adversidade). A adversidade, em todo caso, mostra quem que não é amigo de verdade e que calha de estar junto por conta do útil. O tempo, por sua vez, mostra ambas as coisas: o útil não mostra a que vem de imediato—isso se dá antes com prazeroso [...]—§49 1238a10–22.

Situações de adversidade são a pedra de toque das relações afetuosas entre pessoas, e tornam claro o que, para cada um, é verdadeiramente objeto de afeição. Quando Aristóteles diz: “estes são os únicos que escolhem antes a pessoa etc.”, o pronome refere os indivíduos bons e conota sua amizade, que vêm sendo objeto de discussão desde o §45. Sendo assim, é, para eles, teste suficiente de amizade o comprometimento em ajudar o amigo em situação de adversidade, justamente a ideia que é objeto da tese II. O sujeito do estado-de-coisas que ela refere são os virtuosos.

Por outro lado, pode-se esperar que a amizade do prazer seja referida na tese I; isso é, com efeito, o que dá a entender a ideia de que “é antes o prazeroso que se manifesta com rapidez”. No entanto, o ponto de que amizades fundadas em prazeres comuns vêm à tona com rapidez nunca é explicitamente afirmado.⁸⁵ Ele está, é verdade, subentendido em colocações tais como esta, imediatamente posterior à refutação dos platônicos que examinamos no capítulo anterior:

A <amizade> por conta do prazer <é própria> dos jovens. Com efeito, é disso que têm eles percepção, razão por que é volúvel (εὐμετάβολον) a amizade dos jovens: à medida que se vão modificando seus caracteres com suas idades, eis que se modifica também o prazeroso. §§15–16 1236a38–b16.

Em nenhum momento, no entanto, nos deparamos com uma afirmação como esta:

À medida que a idade <dos jovens> avança, outras coisas passam a ser prazerosas. Razão pela qual eles são rápidos para fazerem e para desfazerem amizades. EN VIII 3 1156a33–34.

Para ser claro, não acho que Aristóteles não endosse, na *EE*, a ideia de que a ideia de que é fácil adquirir amigos é aplicável—apenas—à amizade pelo prazer. Acredito, pelo contrário, que ele endossa a ideia e a considera, ao mantê-la nas entrelinhas de afirmações tais como a anterior (a da *EE*), suficientemente expressa para seus propósitos. É fato, em todo caso, que, em nenhum momento dessa obra, ele faz questão de conferir qualquer ênfase ao ponto. E o mesmo se dá com relação à tese III. É fácil supor que, nela, a referência seja à amizade pela utilidade e, mais exatamente, àqueles que põem seu interesse à frente de tudo. No entanto, ao passo que, na *EN*, é fácil derivar a ideia de que há indivíduos que valorizam a utilidade em grau tal que pode ser difícil crer em eventuais demonstrações de amizade suas,⁸⁶ na *EE* não há nenhum lugar onde se fala da rapidez que o indivíduo movido exclusivamente por interesse está sujeito a desenvolver.⁸⁷

O que se pode concluir disso? Que Aristóteles não é sistemático na realização de seus princípios de investigação. No caso do primeiro e do segundo impasse que examinamos, ele fez questão de enfatizar a maneira como sua posição tornava coerente

⁸⁵ Diferentemente do que ocorre na *EN*, cf. citação abaixo. Cf. também 1156a35–56ab6: διὸ ταχέως γίνονται φίλοι καὶ παύονται· ἅμα γὰρ τῷ ἡδεῖ ἢ φιλία μεταπίπτει, τῆς δὲ τοιαύτης ἡδονῆς ταχεῖα ἢ μεταβολή· καὶ ἐρωτικοὶ δ' οἱ νέοι· κατὰ πάθος γὰρ καὶ δι' ἡδονὴν τὸ πολὺ τῆς ἐρωτικῆς· διόπερ φιλοῦσι καὶ ταχέως παύονται, πολλάκις τῆς αὐτῆς ἡμέρας μεταπίπτοντες. συνημερεῖν δὲ καὶ

συζῆν οὗτοι βούλονται· γίνεται γὰρ αὐτοῖς τὸ κατὰ τὴν φιλίαν οὕτως.

⁸⁶ 1157b14–17.

⁸⁷ Fala-se, bem entendido, do impasse em que tendem a se colocar aqueles que cultivam a dita “amizade ética por conta do útil”, mas não se trata do mesmo tópico. A discussão faz claramente parte da tarefa maior de elucidar a noção de justiça a partir dos conhecimentos adquiridos acerca da amizade.

certo conjunto de teses aparentemente contraditórias. Essas teses eram evocadas, por vezes, literalmente pelo filósofo, de modo a tornar claro que estava sendo realizada a solução de uma contrariedade. De modo distinto, no caso deste último impasse, Aristóteles parece não fazer questão de invocar suas teses, nem de as reapresentar juntas ou mesmo próximas.

Antes de concluir, uma breve colocação acerca da natureza das teses que Aristóteles entende dever elucidar com sua doutrina. No capítulo anterior, acompanhamos Aristóteles mostrando que diversas ideias sobre a amizade—algumas deveras absurdas—eram passíveis de ser elucidadas e explicadas. No entanto, todas elas eram opiniões, como se expressa Aristóteles, “mais próximas” do assunto em questão, a amizade.⁸⁸ Isso significa que todas elas diziam respeito a coisas pertinentes ao estudo da amizade, tais como, qualidades—útil, prazeroso, fácil de adquirir—tipos de indivíduos—os bons, os não-bons—se determinadas situações são, ou não, o caso—se existe amizade entre animais. Apenas depois de ter apresentado as razões por que cada uma das opiniões mais intimamente ligadas à amizade são verdadeiras é que se dirige a atenção às proposições que não têm por objeto nenhum fator mais diretamente relacionado a ela—a especulação dos naturalistas, até onde vai o relato de Aristóteles, dilui toda e qualquer situação em um mesmo dispositivo explicativo (ver nota 71). Evidentemente, uma doutrina desse tipo não pode ser refutada; seu maior defeito, entretanto, consiste em não permitir que a radical

⁸⁸ Quando Aristóteles afirma que as opiniões dos naturalistas são “demasiado gerais” (1235a30) e que eles “chegam às suas posições vindos de fora” (1239b7), pode-se pensar que ele quer dizer apenas que suas conclusões são muito gerais, i.e., que se aplicam a diversos assuntos que não a amizade entre pessoas. Embora essa seja uma parte da explicação, isso não se coaduna com o fato de que Aristóteles ele próprio apela a proposições gerais em sua discussão “mais próxima e afeita” aos *φαινόμενα*; veja-se 1235b: ταῦτα δὴ πάντα δοκεῖ μὲν ὑπεναντία ἀλλήλοις εἶναι. Τό τε γὰρ ἄχρηστον τῷ ὁμοίῳ, καὶ ἐναντιότης ὁμοιότητος ἀπέχει πλείστον, καὶ τὸ ἐναντίον ἀχρηστότατον τῷ ἐναντίῳ· φθαρτικὸν γὰρ τοῦ ἐναντίου τὸ ἐναντίον. Aristóteles diz isso após sua discussão das três teses contraditórias que examinamos e antes de comentar as opiniões diversas de que é fácil ou difícil encontrar bons amigos. Desse modo, parece-me fora de questão que se está ainda tratando do que é próximo e afeito aos *φαινόμενα* da amizade. E, na medida em que ideias como “o <similar> é inútil para o similar” e “a contrariedade está o mais afastada possível da similaridade” são ideias muito gerais, resulta que a discussão de opiniões afeitas ao tópico da amizade envolvem recurso a teses desse tipo.

O problema que Aristóteles vê na argumentação dos naturalistas, a meu ver, é que eles não partem de uma análise de coisas peculiares ao assunto que está sendo tratado quando formulam explicações: no trecho de onde extraímos as últimas citações, embora se recorra a teses gerais, o ponto é dar conteúdo ao exame de um fator que é muito importante no estudo da amizade, a utilidade. Como quer que deva ser entendida a formulação do impasse ligado à utilidade, por um lado, e à contrariedade e à similaridade, de outro—o texto é convoluto—, é certo que Aristóteles está interessado em determinar qual das duas qualidades, decididamente, está associada à utilidade (seu problema é, justamente, que parece haver contradição neste particular, quer dizer, sua diversidade é tomada em consideração e levada ao paroxismo da oposição).

diversidade dos fenômenos instila nos homens a aporia e outros tipos de dificuldades no pensamento,⁸⁹ os quais são o verdadeiro ponto de partida da especulação filosófica e da tentativa de compreender a verdade intuída sob a realidade.

Bibliografia—obras consultadas e citadas

ALLAN, D. J. Quasi-Mathematical Method in the Eudemian Ethics. In: MANSION, S. **Aristote et les problèmes de méthode**. Louvain: 1980, 1980. p. 303–18.

ANNAS, J. Plato and Aristotle on Friendship and Altruism. **Mind, New Series**, v. 84 (No. 344), p. 532–554, 1977.

ARNIM, H. V. Zu W. Jaegers Grundlegung der Entwicklungsgeschichte des Ar. **Wiener Studien**, Viena, v. 46, p. 1–48, 1928.

AUBENQUE, P. Sur la notion Aristotélécienne d'aporie. In: AUBENQUE, P. **Problèmes Aristotéliens**. Paris: Vrin, 2009. p. 39–52.

AUBENQUE, P. **Problèmes Aristotéliens—Philosophie Théorique**. Paris: Vrin, 2009a.

BARNES, J. Aristotle's Theory of Demonstration. **Phronesis**, v. 14, n. 2, p. 123–152, 1969.

BARNES, J. Aristotle and the Methods of Ethics. **Revue Internationale de Philosophie**, v. 34, n. 133/134, p. 490–511, 1980.

BARNES, J. **Method and Metaphysics—Essays in Ancient Philosophy I**. Oxford : Clarendon Press, 2011.

BARNES, J. Philosophy and Dialectic. In: BARNES, J. **Method and Metaphysics—Essays in Ancient Philosophy I**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 164–73.

BERTI, E. Multiplicité et Unité du Bien selon EE I 8. In: MORAUX, P.; HARLFINGER, D. **Untersuchungen zur Eudemischen Ethik**. Berlin: Walter de Gruyter, 1971. p. 157–184.

⁸⁹ Tenho em mente a ideia de que uma conclusão absurda porém *prima facie* necessária tem a capacidade de “atar” o pensamento, *EN* VII 3 1146a24–27.

BOLTON, R. Definition and Scientific Method in Aristotle's Posterior Analytics and Generation of Animals. In: GOTTHELF, A.; LENNOX, J. G. **Philosophical Issues in Aristotle's Biology**. Cambridge: CUP, 1987. p. 120–66.

BROADIE, S.; ROWE, C. **Aristotle—Nicomachean Ethics**. Wiltshire: Oxford University Press, 2002.

BRUNSCHWIG, J. **Aristote—Topiques, tome I, livres i–iv**. Paris: Les Belles Lettres, 1967.

BRUNSCHWIG, J. Observation and Research. In: BRUNSCHWIG, J.; LLOYD, G. E. R.; PELLEGRIN, P. **Greek Thought—A Guide to Classical Knowledge**. Cambridge, Massachusets, Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 2000. p. 72–93.

BRUNSCHWIG, J. **Aristote—Topiques, tome II, livres v—viii**. Paris: Les Belles Lettres, 2007.

BURNET, J. **The Ethics of Aristotle**. Londres: Methuen & Co., 1900.

BURNYEAT, M. Aristotle on Understanding Knowledge. In: BERTI, E. **Aristotle on Science: the Posterior Analytics—Proceedings of the Eight Symposium Aristotelicum**. Pádua: Antenore, 1984. p. 97–139.

BURNYEAT, M. F. Aristotle on understanding knowledge. In: BERTI, E. **Aristotle on Science: the Posterior Analytics**. Padova: Antenore, 1984. p. 97–139.

COOPER, J. M. The Magna Moralia and Aristotle's Moral Philosophy. **The American Journal of Philology**, 94, n. 4, Janeiro 1973. 327–349.

COOPER, J. M. Friendship and the good in Aristotle. **The Philosophical Review**, v. 86, n. 3, p. 290–315, 1977.

COOPER, J. M. Aristotle on the Forms of Friendship. **The Review of Metaphysics**, v. 30, n. 4, p. 619–648, 1977a.

COOPER, J. M. Aristotle on Friendship. In: RORTY, A. **Essays on Aristotle's Ethics**. Los Angeles: University of California Press, 1980. p. 301–340.

COOPER, J. M. NE VII. 1–2: Introduction, Method, Puzzles. In: NATALI, C. **Aristotle: Nicomachean Ethics, Book VII—Symposium Aristotelicum**. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 9–40.

DEVEREUX, D. Scientific and ethical methods in Aristotle's Eudemian and Nicomachean Ethics. In: HENRY, D.; (EDS), K. M. N. **Bridging the Gap between Aristotle's Science and Ethics**. Londres: Cambridge University Press, 2015. p. 130–147.

FORTENBAUGH, W. W. Aristotle's Analysis of Friendship: Function and Analogy, Resemblance and Focal Meaning. **Phronesis**, v. 20, n. 1, p. 51–62, 1975.

FREDE, D. The Endoxon Mystique: What Endoxa are and What They are Not. In: INWOOD, B. **Oxford Studies in Ancient Philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 185–216.

HARLFINGER, D. Die Überlieferungsgeschichte der Eudemischen Ethik. In: MORAU, P.; HARLFINGER, D. **Untersuchungen zur Eudemischen Ethik**. Berlin: Walter de Gruyter, 1971. p. 1–50.

HICKS, R. D. **Aristotle—De Anima**. Cambridge: Cambridge University Press, 1907.

HICKS, R. D. **Aristotle—De Anima**. Cambridge: Cambridge University Press, 1907.

HINTIKKA, J. J. Aristotle and the ambiguity of ambiguity. **Inquiry**, v. 2, n. 1, p. 137–51, 1959.

INWOOD, B.; WOOLF, R. **Aristotle—Eudemian Ethics**. Cambridge: CUP, 2013.

IRWIN, T. Homonymy in Aristotle, *The Review of Metaphysics*, v. 34, n. 3, p. 523–44, 1981.

IRWIN, T. **Aristotle's First Principles**. Oxford: Clarendon Press, 1989.

KARBOWSKI, J. Is Aristotle's Eudemian Ethics Quasi-Mathematical. **apeiron**, p. 1–19, 2014.

KARBOWSKI, J. Phainomena as Witnesses and Examples: The Methodology of Eudemian Ethics I 6. In: INWOOD, B. **Oxford Studies in Ancient Philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 193–226.

KARBOWSKI, J. Endoxa, facts, and the starting points of the Nicomachean Ethics. In: HENRY, D.; NIELSEN, K. M. **Bridging the gap between Aristotle's science and ethics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015a. p. 113–29.

KENNY, A. **The Aristotelian Ethics—A Study of the Relationship Between the Eudemian and the Nicomachean Ethics of Aristotle**. Oxford: Clarendon Press, 1978. 250 p.

KENNY, A. **The Aristotelian Ethics—A Study of the Relationship between the Eudemian and Nicomachean Ethics of Aristotle**. [S.l.]: Oxford University Press, 2016.

KRÄMER, H. J. Zur Geschichtlichen Stellung der aristotelischen Metaphysik. **Kant-Studien**, v. 58, n. 1–4, p. 313–54, 1957.

KRÄMER, H. J. Zur Geschichtlichen Stellung der aristotelischen Metaphysik. **Kant-Studies**, v. 58, n. 1–4, p. 313–54, 1967.

LESZL, W. **Logic and Metaphysics in Aristotle**. Padova: Antenore, 1970.

LLOYD, G. E. R. The Development of Aristotle's Theory of the Classification of Animals. **Phronesis**, vi, 1961. 59–81.

MONTAGNES, B. **The Doctrine of the Analogy of Being according to Thomas Aquinas**. [S.l.]: Marquette University Press, 2004.

MORAVCSIK, J. M. E. Understanding. **Dialectica**, v. 33, n. 3–4, p. 201–216, 1979.

NATALI, C. Rhetorical and Scientific Aspects of the Nicomachean Ethics. **Phronesis**, v. 52, p. 364–381, 2007.

NATALI, C. Posterior Analytics and the Definition of Happiness in NE I. **Phronesis**, v. 55, p. 304–24, 2010.

NATALI, C. The search for definitions of justice in Nicomachean Ethics 5. In: HENRY, D.; NIELSEN, K. M. **Bridging the Gap between Aristotle's Science and Ethics**. Londres: Cambridge University Press, 2015. p. 148–68.

NUSSBAUM, M. C. **The Fregility of Goodness—Luck and Ethics in Greek Tragedy and Philosophy (Revised Edition)**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

OWEN, G. E. L. Logic and Metaphysics in Some Earlier Works of Aristotle. In: DÜRING, I. **Aristotle and Plato in the Mid-Fourth Century**. Göttenburg: [s.n.], 1960.

OWEN, G. E. L. Aristotle on the Snares of Ontology. In: BAMBROUGH, R. **New Essays on Plato and Aristotle**. Londres: Routledge , 1965. p. 69–75.

OWEN, G. E. L. Tithenai ta phainomena. In: NUSSBAUM, M. **Logic, Science and Dialectic: collected papers in greek philosophy**. Nova Iorque: Cornell University Press, 1986. p. 239–51.

PAKALUK, M. **Nicomachean Ethics: Books VIII and IX**. Oxford : Clarendon Press, 1998.

PAKALUK, M. **Aristotle's Nicomachean Ethics—An Introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. 342 p.

PATZIG, G. Theologia und ontologie in der "metaphysik" des Aristoteles. **Kant-Studien**, v. 52, n. 1–4, p. 185–205, 1960.

PRICE, A. **Love and Friendship in Plato and Aristotle**. Oxford: OUP, 1990.

ROBIN, L. **La Théorie Platonicienne des Idées et des Nombres d'après Aristote—Étude Historique et Critique**. Paris: Felix Alcan Éditeur, 1908.

ROSS, W. D. **Aristotle's Metaphysics, volume I**. Oxford: Clarendon Press, 1924.

ROSS, W. D. **Aristotle's Metaphysics, volume II**. Oxford: Clarendon Press, 1924.

ROSS, W. D. **Aristotelis Politica**. Oxford: Clarendon Press, 1957.

ROSS, W. D. **Aristotelis topica et sophistici elenchi**. Oxford: Clarendon Press, 1958.

ROSS, W. D. **Aristotelis analytica priora et posteriora**. Oxford: Clarendon Press, 1964.

ROWE, C. **The Eudemian Ethics and the Nicomachean Ethics**: a study in the development of Aristotle's thought. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

SALMIERI, G. Aristotle's Non-'Dialectical' Methodology in the Nicomachean Ethics. **Ancient Philosophy**, v. 29, p. 311–35, 2009.

SANTOS, R. **Aristóteles—Categorias**. Lisboa: Porto Editora, 1995.

SHIELDS, C. **Order in Multiplicity—Homonymy in the Philosophy of Aristotle**. Oxford: Clarendon Press, 1999.

SIMPSON, P. **The Eudemian ethics of Aristotle—translated with explanatory comments and accompanying translation of Aristotle's On Virtues and vices**. New Brunswick, Londres: Transaction Publishers, 2013. 411 p.

SMITH, R. Aristotle on the uses of dialectic. **Synthese**, v. 96, p. 335–58, 1993.

SMITH, R. What Use is Aristotle's Organon. **Proceedings of the Boston Area Colloquium in Ancient Philosophy**, v. 9, n. 1, p. 261–285, 1993a.

SUSEMIHL, F. **Aristotelis quae feruntur Magna Moralia**. Leipzig: Teubner, 1883. 126 p.

SUSEMIHL, F.; APELT, O. **Aristotelis Ethica Nicomacheia**. 3^a. ed. Leipzig: Teubner, 1912. 279 p.

WALKER, A. D. M. Aristotle's Account of Friendship in the "Nicomachean Ethics". **Phronesis**, v. 24, n. 2, p. 180–196, 1979.

WALLIES, M. **Topica cum libro de sophisticis elenchis**. Leipzig: Teubner, 1923.

WALZER, R. R.; MINGAY, J. M. **Aristotelis Ethica Eudemia**. Oxford: Oxford University Press, 1991. 162 p.

WARD, J. Focal Reference in Aristotle's Account of Φιλία: Eudemian Ethics 2. **Apeiron**, v. 28, n. 3, p. 183–205, 1995.

WARD, J. **Aristotle on Homonymy**: dialectic and science. New York: Cambridge University Press, 2008.

WIANS, W. Saving Aristotle from Nussbaum's Phainomena. In: PREUS, A.; ANTON, J. P. **Essays in Ancient Greek Philosophy, V—Aristotle's Ontology**. [S.l.]: State University of New York Press, 1992. p. 133–50.

WILSON, M. **Aristotle's Theory of the Unity of Science**. Toronto: University of Toronto Press, 2000.

WOLF PEREIRA, E. **Dialética e Definição**: Problemas de Método na Ética Aristotélica. São Paulo: Universidade de São Paulo—Tese de Doutorado, 2017.

ZILLIG, R. O que é "verdadeiro, mas não esclarecedor" segundo a Ética Eudêmia. **Archai**, v. 20, p. 231–254, 2017.

ZINGANO, M. Aristotle and the Problems of Method in Ethics. In: SEDLEY, D. **Oxford Studies in Ancient Philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 297–330.

ZINGANO, M. Unidade do gênero e outras unidades em Aristóteles: significação focal, relação de consecução, semelhança, analogia. **Analytica**, v. 17, n. 2, p. 395–432, 2013.

ZINGANO, M. The Conceptual Unity of Friendship in the Eudemian and the Nicomachean Ethics. **apeiron**, v. 48, n. 2, p. 195–219, 2015.

Edições de textos de Aristóteles

HICKS, R. D. **Aristotle—De Anima**. Cambridge: Cambridge University Press, 1907.

ROSS, W. D. **Aristotle's Metaphysics, volume I**. Oxford: Clarendon Press, 1924.

ROSS, W. D. **Aristotle's Metaphysics, volume II**. Oxford: Clarendon Press, 1924.

ROSS, W. D. **Aristotelis Politica**. Oxford: Clarendon Press, 1957.

ROSS, W. D. **Aristotelis topica et sophistici elenchi**. Oxford: Clarendon Press, 1958.

ROSS, W. D. **Aristotelis analytica priora et posteriora**. Oxford: Clarendon Press, 1964.

SUSEMIHL, F. **Aristotelis quae feruntur Magna Moralia**. Leipzig: Teubner, 1883. 126 p.

SUSEMIHL, F.; APELT, O. **Aristotelis Ethica Nicomacheia**. 3^a. ed. Leipzig: Teubner, 1912. 279 p.

WALZER, R. R.; MINGAY, J. M. **Aristotelis Ethica Eudemia**. Oxford: Oxford University Press, 1991. 162 p.